



ANAIS DA

Academia de Estudos Livres

UNIVERSIDADE POPULAR

Fundada em 1899

Proposta por assinatura.

Para os sócios e subscriptores da Academia de Estudos Livres:

8 numeros	150 réis
6	100
12	200

Avulsos:

8 numeros	250 réis
6	100
12	200

Número avulso - 100 réis

SUMARIO

Cartas insobradas	pag. 3
Questões pedagógicas:	
Inspeção médica escolar	pag. 7
A educação popular na Grécia	8
O ensino padi-escolar	9
Uma festa escolar russiniana	10
Portugal e a República Argentina	13
Conferências e palestras:	
A Lira	22
O juri em Portugal	42

Excursões e visitas:

A evolução da estatuária decorativa portuguesa	pag. 48
Curso de história universal	
Uma sessão literaria	52
Sociedade de Estudos Pedagógicos	54
Biografias:	
Centenário de Lincoln	55
Bibliografia	63
Contos da minha terra:	
Um professor atrapalhado	65

Director, proprietário e editor—ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES

Rua da Paz, 7 a 5, Benfica—LISBOA

LAMAS & FRANKLIN
E. LIVRAMENTO, 48, 90 — LISBOA
1912



Movimento de aulas

Ano lectivo de 1911-1912

Frequencia das aulas diurnas:

Escola maternal	30 alunos
Aulas primarias (4 classes)	139 *
Total	168 *

O ensino está a cargo de 5 professoras diplomadas, uma professora de desenho e pintura, um professor de musica e um professor de gimnastica.

Funciona desde janeiro, para os alunos das aulas diurnas, uma cafeteria escolar.

Nas aulas noturnas acha-se matriculado o seguinte numero de alunos:

Portuguez	51 alunos
Frances	98 *
Ingles	52 *
Matematica elementar	16 *
Contabilidade	51 *
Desenho	43 *
Admissao à Escola Normal	17 *
Instrucao primaria	80 *
Taquigrafia	12 *
Gimnastica	5 *
Rudimentos	25 *
Musico Piano	40 *
Musico Violino	7 *
Total	467 *

ANAIS DA

Academia de Estudos Livres

UNIVERSIDADE POPULAR

Fundada em 1889

Diretor, proprietário e editor—ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES (Universidade Popular)

Rua da Paz, 7 a S. Bento—LISBOA

Composição e Impressão—TYPOGRAPHIA LIBERTY—Rua do Livramento, 99 e 29

2.ª SERIE

NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1912

N.º 1 E 2

AO PUBLICO

Começa hoje a publicação da 2.ª Serie dos Anais da Academia de Estudos Livres.

Não temos programa a expôr, porque a ideia que nos impulsiona está bem visível em toda a vida da nossa associação.

O alvo é — a educação do povo. De todos os meios legítimos usaremos aqui para conseguir este fim.

Os Anais servirão para registar todos os trabalhos dos nossos colaboradores, conferentes e professores e justificarão assim, pela excelencia da obra efectuada, a existencia deste nucleo, que desde 1889 vem lutando a fim de conseguir fazer vingar o seu ideal.

Um dos poutos de que mais nos ocuparemos é a historia da Academia de Estudos Livres. No arquivo temos elementos para esboçar o quadro da nossa actividade associativa a partir de

1897. Mas desde 1889 a 1897 a carencia de documentos é, infelizmente, quasi completa. Por tal razão torna-se muito difícil reconstituir a nossa historia durante esse periodo.

Seria tambem curioso estudar as causas que produziram o esmorecimento dos trabalhos entre 1894 e 1897 e ainda o motivo por que neste anno a Academia resurgiu para a vida publica.

Quem escreve estas linhas tomou parte activa no facto e por isso o seu depoimento despertaria a curiosidade das cousas vividas, quando houver de ser apresentado.

Na exposição dos trabalhos da Academia poderíamos seguir a ordem cronologica. Pensámos em tal, mas depois assentámos em que se apresentasse primeiro a resenha sucinta dos trabalhos realizados e se fossem publicando depois, pouco a pouco, aqueles que tivessem uma feição mais interessante e oportuna. Este processo permitiria mostrar ao publico que muitas iniciativas, hoje apresentadas como originais, são velhas dalgans anos.

Dadas estas ligeiras explicações, resta-nos só meter mãos à obra.

Antes, porém, seja-nos permitido evocar a benevolencia do leitor e pedir-lhe que nos esclareça sempre que pareçamos afastar-nos do bom caminho. Como a obra não é de polemica nem de politica, todas as indicações serão bem recebidas, porque sapor-se-ha sempre que não veem inçadas de má vontade ou de sectarismo.

CARTAS INSUBMISSAS

I

De coração acompanhei em tempos a tão nobre, tão digna, tão convincente campanha de Brito Camacho na *Lucta* a favor do mais bello movimento de almas que neste paiz de conselheiros se fez,— o movimento dos academicos, e senti que nem a chamada grande imprensa, nem a pretendida opinião, houvessem tomado nella o seu posto de combate, quando tal gesto nem sequer lhes acarretaria grandes perigos, porque essa decantada intransigencia das camadas officiaes cairia desfeita no dia em que uma forte corrente, que aliás existia mas não se impôz, se resolvesse a faze-lo, com energia e homogeneidade.

E note-se que nem teria sido preciso recorrer aos grandes golpes e apenas bastaria manter o fogo sagrado da resistencia severa e digna, e disciplinar convenientemente as energias mais ou menos divergentes dos varios luctadores no objectivo a conseguir, o qual não podia ser outro senão elevar o ensino superior em Portugal ao nível que as exigencias da civilisacão contemporanea lhe determinam e que em especial o estado fragmentario e lamentavel da cultura portuguesa instantemente reclamava e ainda reclama.

Como conseguir isto? Se os cavalheiros que tinham a felicidade de ser paes, houvessem, antes de redigirem aquelas circulares de uma doutrina algo disentivel e de uma pedagogia muito contestavel, salvo o devido respeito, reflectido previamente nesse outro problema de salvaguardar a dignidade dos filhos e de ao mesmo tempo concorrerem para o levantamento do espirito publico, tão abatido por constantes espectaculos de depressão moral e de abandallhamento civico patentes aos nossos olhos e vindos de quasi todos os pontos do nosso horizonte social, parece-me que com facilidade se lembrariam de uma solução mais racional e mais levantada, a qual solução vinha a ser, quanto a mim, a de se terem associado para, durante o interregno do funcionaria-

mento das aulas, poderem proporcionar aos estudantes em greve a frequencia de cursos livres de ensino experimental e pratico, ministrado por uma forma pouco diffundida ainda entre nós, apesar das excepções que podem apontar-se, como seria a visita ás fabricas e oficinas que por ahí já existem, aos museus e collecções que mais ou menos tambem de todo não faltam, as viagens economicas, em pequenos grupos, a pontos do paiz que são fonte constante de observações e de estudo, finalmente a audição de conferencias sobre assumptos ou motivos mais ou menos transcendentais, mas de valor pedagogico e de utilidade social indiscutiveis — para o que de certo encontrariam, fora até das respectivas escolas oficiaes, autenticas competencias que sem duvida se prestariam a realisa-las.

Finalmente, de entre os paes associados, aquelles que pela sua situação de fortuna podessem te-lo feito, quotisar-se-iam para á sua custa trazerem a Lisboa e ao Porto algum ou alguns d'esses grandes professores da Italia, da França ou da Alemanha, que em lingua franceza, hoje de uso e conhecimento geraes, viessem expôr à mocidade escolar da nossa terra, o fructo do trabalho e do estudo contemporaneo, que, n'esses paizes, é uma realidade ao alcance de todos.

Aqui tinham suas excellencias uma maneira, entre varias, de evitarem que os rapazes se desvinculassem dos habitos do estudo e perdessem o amor da sciencia, ao mesmo tempo que veriam como o verdadeiro merito se impõe sem necessidades de livro de ponto, de frequencia obrigada, de empertigadas formulas e de obsoletas e vexatorias imposições . . .

Depois, ou a Universidade que não obstante os defeitos que todos, até os leigos, lhe apontavam, representa ainda uma formidavel machina a actuar sobre a nação e com a qual quer queiramos ou não, temos de defrontar-nos, em presença d'esse movimento novo no genero, espontaneamente capitulava, reformando-se ella propria (conforme veiu a succeder mais tarde) e entrava como um corpo vivo no conflicto moderno das idéas e dos factos; ou abdicava da sua função de dirigente e geratriz da consciencia nacional e competiria aos poderes do Estado pronunciarem entio a sentença definitiva, libertando o ensino português de elementos que longe de o nobilitarem o perturbam e isso conseguia-se esta-

belecedo a concorrência. Refiro-me, é claro, à facultade de direito, causadora única de tudo isto.

Quanto propriamente à chamada questão de disciplina, desde que os desmandos havídos nobremente haviam sido repellidos pela collectividade dos discentes, e casos esporadicos e incidentes parciais não poderão nunca inquinar de infamia uma causa que nos seus fundamentos era generosa e alta, ainda eu teria comprehendido o impulso dos paes se, collectivamente, por todas as formas sem excluir mesmo a solicitação, mas partindo só d'elles, tivessem procurado levar o famigerado conselho dos decanos, o claustro pleno, o governo, a decretar a natural e completa amnistia para um acto filiado em tantos e tão complicados *motivos psychologicos*, pedagogicos e sociaes que de longe, muito longe vinham, de tão longe que se fossemos a destrinça-los todos, com certezas nos davam em resultante um culpado unico e impenitente — a propria Universidade: pelo seu ensino, pelo seu fóro, pelo seu conservantismo, e, sobrelevando a tudo, pelas taras de carácter vario com que inquinou o organismo português, tantas d'ellas pesando já hoje como um estigma no nosso destino social, mesmo depois d'uma revolução política, outras havendo alastrado por todo o nosso ser, mercê da fatalidade das chamadas leis imitativas, a ponto que existindo originariamente bachareis, apenas em Coimbra, nós ao presente estamos todos mais ou menos bachareloides e como tal muito ôcos, muito palavrosos, muito falhos, no carácter e no espírito, fora portanto das realidades da existencia equilibrada e digna que lá fôra faz as nações e dignifica os homens.

Agora, volvidos annos sobre tudo quanto ocorreu, nenhuma vantagem haveria em apurá as responsabilidades dos factos, porque elas não redundariam em desfavor dos accusados de então, antes pelo contrario caberiam integras aos accusadores.

Como, porém, até para uma parte d'estes deve admittir-se uma sensivel dose de inconsciencia, de automatismo, de inevitável prevenção — a prevenção que dá o determinado funcionamento de certas cellululas predominantes e veem a constituir a chamada *préga profissional*, acho eu que o mais logico, o mais sensato, o mais humano, teria sido o deixarmo-nos todos de proceder ao respectivo balanço de culpas e culpados, e esquecer, esquecer amplamente, fazendo, porém, que a mentalidade que fosse cha-

mada a intervir na resolução honrada d'esta malfadada ordem de questões, não fosse nunca nem a mentalidade de um polícia nem a mentalidade de um manhoso . . .

Depois se veria o que restava realizar para que tais anomalias nunca mais podessem dar-se, e então ainda os pais teriam simultaneamente com governos e com professores, um papel a desempenhar, visto serem os contribuintes e fornecerem ao mesmo tempo os filhos para o ensino e o dinheiro para os mestres, e este papel estava naturalmente indicado que se cifrava no seguinte: exigirem que esse ensino fosse serio e esses mestres competentes; que nos chamados templos do saber os officiantes mostrassem realmente o amor do sacerdócio, e que terminadas as sessões de estudo e de trabalho, em que docentes e docendos, formariam uma só família, não fossem uns politizar e outros descategorizar-se, diluindo na atmosphera contaminada da rua e dos logares esquivacos, as energias que os campos de tennis e de bola, as salas dos orpheons ou de leitura, os recintos de natação ou de esgrima, deveriam cultivar e fortalecer . . .

Ahi se encontrava portanto mais um terreno, e vasto, onde suas excellencias poderiam ter fraternizado à vontade, produzindo então obra util, obra educativa, obra conciliadora.

Desde que assim não intervieram, teria sido preferivel deixar as coisas seguirem o seu caminho, pois é sempre opportuno que as circumstancias extremem os campos, mostrando-nos quem são, n'uma sociedade,—no caso sujeito, na sociedade portuguesa—os que entretêm ou desenvolvem o cultivo d'essa damminha planta que se chama o egoísmo, com todas as suas consequencias deleterias, e os que n'uma conjunctura difícil e n'uma hora angustiosa, que pôde de novo soar quando menos se espere, devem considerar-se os verladeiros depositarios d'aquellas singradas virtudes que enaltecem as consciéncias e retemperam as vontades, e se chamam ainda na lingua dos homens o amor do sacrificio, o espirito da concordia e o dever da solidariedade.

QUESTÕES PEDAGOGICAS

Inspecção médica escolar

Como tive ocasião de dizer por motivo da ultima e simpatica festa desta Academia, a escola moderna tem um papel social incomparavelmente mais largo que a escola do passado: hoje exige-se-lhe que, não só instrua os seus discípulos, como os prepare completamente para a vida moderna; ora como por efeito desta se está produzindo uma degenerescencia cada vez maior das raças, é absolutamente necessário opor-lhe uma acção persistente que tenha por fim contrabalançar aquela acção nociva sob pena de vermos a civilisação prejudicar-se a si mesma e de perdemos a melhor parte com que ela deve contribuir para o bem estar e perfectibilidade humanas. Todas as sociedades tem fundamentalmente o instinto da conservação, que as leva a pôr-se em guarda contra os elementos deleterios e os de valor nulo, revelando-se de varias formas; de entre todas a mais humana, a mais scientifica, a mais progressiva, consiste evidentemente em prevenir as decadencias físicas e moraes que ameaçam a vitalidade das raças; é este papel, importante ao maximo, que incumbe aos educadores, responsabilidade pesadissima por certo que os vêm colocar ainda mais nas avançadas dos elementos primaciaes e basilares de toda a sociedade bem constituída. A inspecção médica escolar tem, por isso mesmo, um alcance muitissimo maior do que qualquer outra instituição similar que o Estado se tem visto na necessidade de constituir como por exemplo o corpo de medicos destinados a proteger a saude do soldado, do operario, etc. Se todos estes elementos são valiosos, a creança é-o muito mais porque os abrange a todos e neia está o futuro das nacionalidades.

Mas, dir-se-há, até aqui tem-se passado sem isso. É certo,

mas o argumento não colhe. Apesar de não haver estatísticas, pode afiançar-se que o mal é cada vez maior, a ponto tal que actualmente o estado das gerações novas deve inspirar serios cuidados a todos aqueles que pensam no futuro; as investigações feitas em países diversos em centos de milhares de crianças deram unanimemente o mesmo resultado; por toda a parte se verifica uma tendência maior ou menor para as tarefas mais variadas. Os povos ricos e inteligentes, conscientes da enorme importância dum tal perigo, lançaram-se resolutamente à luta em grande escala para debelar o flagelo. As nações pequenas, se não quiserem ver-se absorvidas, tem de entrar no mesmo caminho, porque se trata de salvar nada menos que as energias que lhes são de ser imprescindíveis no futuro para realizarem os seus planos de progresso, para se dignificarem, para se imporem material e moralmente à consideração e respeito universais.

MORAES MANCHEGO.

A educação popular na Galicia (Polónia)

O progresso do ensino post-escolar acentua-se rapidamente na Galicia.

À frente deste movimento encontra-se a Universidade Popular Adão Mickiewicz que possui em todo o país secções locais. A obra, baseada na cooperação íntima dos seus associados, tornou-se um centro poderoso de educação ética-social.

O seu ponto de mira é a educação moral e social, ao lado da educação intelectual.

Considerando que a educação não se faz profunda e realmente séria pela ação, esta Universidade tende a tornar-se a obra dos próprios ouvintes, criada não só *para eles* como *por eles*.

Empregam-se esforços portanto para estabelecer entre os trabalhadores intelectuais e manuais laços que criem, de mais em mais, centros novos de cultura.

Muitas secções são dirigidas no momento atual por operários e homens do campo. Conseguiu-se alcançar o concurso de diversos agrupamentos e sindicatos operários.

O relatório publicado recentemente acusa a existência de 1883 cursos com 275.487 ouvintes.

O ensino tem um caráter puramente científico e vulgarizador com exclusão de todas as discussões políticas.

A municipalidade de Cracovia dá à Universidade um subsídio de 1.500 coroas.

Além dos cursos e das conferências, organizam-se excursões etnográficas e artísticas, concertos, festas populares, etc. A Universidade tem uma biblioteca pública em Cracovia e bibliotecas circulantes, que permitem divulgar por todo o país os conhecimentos científicos. Acabam de ser criados arquivos sociais e pedagógicos.

Os aspectos diversos da questão post-escolar são estudados em reuniões, onde se faz a educação mutua sem esquecer a investigação de novos métodos, que correspondam às aspirações da democracia moderna. Neste momento a Universidade constrói em Cracovia uma Casa do Povo.

Eis a interessante notícia que encontramos na revista *Les documents du Progrès*. Crêmos que será lida com curiosidade por quem se dedique à causa da educação popular.

O ensino post-escolar

É este um dos problemas mais interessantes que se oferecem à nossa consideração. Temos já criado, *no papel*, o ensino primário superior que de alguma forma prenderia ao estudo os rapazes que saem aos 12 anos da escola primária e vão fatalmente perder o que aprenderam (se não ingressam nos liceus e escassos institutos técnicos) na frequência das ruas e oficinas ou nesses pseudo-escritórios comerciais, onde se explora ignorabilmente o trabalho do praticante e se criam insubmissos e revoltados.

Se o problema entre nós é grave, não deixa também de atrair as atenções de países muito mais adiantados.

Temos à vista um recente artigo de Mauricio Braibant, em que este deputado francês advoga para o seu país o ensino profissional post-escolar obrigatório.

Abona-se o articulista na crise que atravessa a industria francesa, levada de vencida pelos alemães mercé duma formidável organização do ensino tecnico. Só em Berlim, afirma ele, mais de 32.000 alunos seguem pontualmente, e obrigatoriamente, os cursos post-escolares.

Na Austria existiam, em 1911, 2.520 estabelecimentos de instrução profissional, frequentados por 250.588 alunos. Destes estabelecimentos, 1.234 são escolas industriais de aperfeiçoamento para rapazes e 1.045 escolas industriais e *ménagères* para meninas.

Entre nós, desta ultima espécie — a escola *ménagère* — nem uma existe atualmente para exemplo.

Pede com instância o seu estabelecimento no populoso bairro de Aleentara o ilustre director da Escola Industrial Marquez de Pombal, sr. Marques Leitão, um dos raros homens que entre nós dedicam a sua existência à causa do ensino profissional.

No entanto enxameiam por essas ruas da capital bandos de crianças do povo, ociosas e fumintas... Quantas vocações, quantos talentos se perdem assim para o trabalho útil, de que necessita a nossa terra para valorizar-se e elevar-se ao nível dos povos cultos!

Uma festa escolar ruskiniana

Um dos maiores homens do seculo XIX foi John Ruskin. As suas teorias estéticas, que revolucionaram a Inglaterra, criando o *pre-rafaelismo* na Arte e na Industria a restauração dos antigos processos de tecelagem, continuam ainda hoje o seu caminho — alargando indefinidamente uma influencia sô e reconfortante. John Ruskin, se não é um moderno Francisco de Assis, revela conteúdo na contemplação da *natureza* algum tanto do estado d'alma do genial asceta e precursor da Renascença.

Assunto é este, porém, alheio ao objeto d'esta pequena notícia, em que apenas pretende vulgarizar-se o conhecimento dum caso particular da influencia ruskiniana.

Traduzimos do livro de Robert de la Sizeranne — *Ruskin et la religion de la Beauté*:

«A propaganda ruskiniana em prol dos costumes pitorescos e das festas simbólicas dos bons tempos antigos não sossobrou tão completamente como se poderia hereditar. Qualquer pessoa que passasse em Chelsea no 1.^o de maio, deante do colégio de meninas de Whitelands, e obtivesse licença para entrar, veria a capela e o hall cobertos de flores, de flores enviadas pelas antigas alunas, de todos os pontos da Inglaterra.

É que n'aquelle dia festeja-se a volta da Primavera. As cento e cincuenta alunas reunidas no hall elegeram por escrutínio secreto a Rainha de Maio. A vencedora foi escolhida, não pela sua beleza, não pela sua sciencia, mas porque soube fazer-se amar.

Ela que aparece. As suas condiscípulas abrem alas e estendem palmas, que formam uma abóbada sob a qual a Rainha de Maio passa. Esta coroada de flores, vestida de um traje arcaico desenhado por Kate Greenway, e adornada por uma cruz de ouro desenhada por Burne-Jones. Atrás segue a rainha do anno passado — coroada sómente por miosotis. Depois Ela sobe ao seu trono e todas as donzelas desfilam por deante — saudando-a e recebendo das suas mãos presentes — que são as obras de Ruskin ricamente encadernadas. Parece que se ouvem murmurar a todas essas flores juntas as palavras que estão ali, nas folhas de *Sésamo e os Lises*: «Quer o saibaes ou não, deveis ter tronos todas em bastantes corações e uma coroa que nunca se depõe. Rainhas devem ser sempre, rainhas para vossos noivos, rainhas para vossos maridos e vossos filhos; rainhas de um mais alto misterio para o mundo abaixo de vós, que se inclina e inclinará sempre deante da coroa de mirto e do sceptro sem mancha da mulher. É pouco dizer de uma mulher que não destrói as flores que pisa: é preciso que ela as reanime! As campanulas devem, não humilham-se quando ela passa, mas florirem...»

Os premios não são distribuidos em virtude d'um concurso, porque o Mestre tem horror das competencias. A Rainha dispõe d'eles soberanamente. Esta terá um premio «porque é fiel ás suas

amigas»; aquela «porque gosta de musica»; est'outra «porque está sempre alegre»; aquell'outra «porque a Rainha gosta muito d'elas». E é particularmente interessante, diz uma testemunha, ver o sorriso de reconhecimento da Rainha, quando uma amiga preferida lhe beija as mãos ao receber o seu livro.

De manhã, canticos na capela precederam — como homenagem ao rei da Eternidade — estas homenagens à rainha d'un dia. E à noite, se aquella que recebeu como premio o *Ruskin Birth-day Book* o abriu na pagina do 1.^o de Maio, não encontrará como nos jornaes, que na mesma occasião se apregoam nas ruas, noticias da gréve universal, recriminações contra a lei do trabalho de cada dia, mas estas palavras do Mestre: «Se cumprirmos resolutamente o Dever, com o tempo chegaremos a amal-o».

Pouco representa sem duvida este pequeno protesto contra a unânime indiferença e a fealdade universal. Mas as discípulas deste pensionato destinam-se ao ensino; e mais de uma já estabeleceram na sua escola de aldeia a festa estética de Ruskin. As flores da coroa emurelleceram; as sementes da ideia germinam ainda dez annos depois, até na Irlanda. E hoje, quando volta o 1.^o de Maio, o quadro que se apresenta a todas essas imaginações, não é o dum *meeting* enfumaçado em que homens calvos, pedantes e cheios de rancor, gritam aos trabalhadores de todos os paizes: «Unide-vos e não trabalhæ!» — uma scena como o quadro da *Sala Graffard* de Bérard; é uma visão de paz, de alegria e de belos vestuários; é a predica, não dos doutores socialistas, mas da natureza, cujas primícias são devidas ao longo, penoso e obscuro trabalho da planta durante o inverno. Ela ensina-lhes, não a gréve, mas o trabalho, não a revolta contra as leis humanas, mas a obediencia ás leis eternas, que podemos desconhecer, mas não podemos violar.^a

Portugal e a Republica Argentina

Uma festa de solidariedade infantil

A Academia de Estudos Livres acaba de prestar um grande serviço ao paiz, promovendo uma impressionante festa de solidariedade infantil e assim concorrendo para que o nome do nosso querido Portugal fosse saudado calorosamente na grande República Argentina.

Narremos o acontecimento:

Em abril e maio d'este ano, o ilustre escritor sr. Abel Botelho, nosso ministro na República Argentina, publicou na *Lecta* alguns artigos sobre a organização do ensino naquele florescente paiz.

Num desses artigos, em 1 de maio, descrevia a visita que fez à *Escola Cornelio Saavedra*, de Buenos Aires e a recepção comovente que ali tivera. E finalava assim o brilliantíssimo artigo:

«Tenho que terminar, por hoje, e vou fazê-lo referindo um episódio galante, que no meu paiz não pôde deixar de despertar a mais comovida e grata simpatia. Visitava eu a escola *Cornelio Saavedra*, e no decurso do meu exame, subi naturalmente, acompanhado pelo director e pelo amável inspector geral, sr. Reyes Salinas, do pateo ao primeiro andar. Pois quando, passado tempo, descemos, eu tive a grata surpresa de ver que tinha sido traçada muito bem a giz por um aluno num dos quadros pretos do pateo, uma lira com uma coroa de louros, e, ao lado, estes amáveis dizeres:

Los alumnos de la Escuela «Cornelio Saavedra» saludan al sr. ministro de Portugal y por su intermedio á los niños de su noble nación, que heroicamente se incorporó á la vida republicana el 5 de Octubre.

«Com o mais rico prazer aqui transmito aos meus pequeninos compatriotas a encantadora saudação.»

Nunca o sr. Abel Botelho pensou que a enternecedora scena tivesse um eco de simpatia em Portugal. Mas teve-o, felizmente.

Um rapazinho da nossa Escola Marquez de Pombal, José Lopes, ouviu ler ao pae o artigo citado. No outro dia veio para a escola contar o que se passara a uns companheiros, declarando que pensava em mandar uma lembrança aos meninos da Argentina. Discutiram o caso a seu modo e assentaram em que a lembrança seria uma fita para a bandeira da *Escola Cornelio Saavedra*. Mas era preciso dinheiro e a *subscrição* rendeu apenas alguns vintens...

Estavam já desanimados, quando um se lembrou de ir ter com o director da Academia, sr. Bernardino Cardoso, e expôr-lhe o caso...

O projeto dos rapazinhos foi calorosamente acolhido e levado á execução, merecê d'uma *quête* que os mesmos e algumas meninas da Escola Marquez de Pombal, constituídos todos em comissão, fizeram entre as creanças que assistiram no Teatro da Trindade á festa realizada em 8 de maio em favor do cofre da nossa Academia. O rendimento desta *quête*, junto á subscrição dos pequenos, produziu a quantia de 10\$000 réis. Foi o professor, sr. Agostinho Fortes, quem, n'uma conferencia brillante realizada naquele Teatro na noite do beneficio, comunicou ao publico esta comovente acção dos pequeninos, que assim começavam a dar brillante conta do seu carácter.

Registamos aqui os nomes das creanças que fizeram a *quête* e trabalharam para levar á prática tão linda idéia. Eram elles:

José Lopes, o iniciador

Jacob Israel Tangi

Raul José da Silva Santos

Carlos João Seabra

Virgilio Ferreira

Maria José de Souza

Maria Irène Costa

O laço para a bandeira da *Escola Cornelio Saavedra* foi comprado, o sr. Ribeiro Christino pintou numa das fitas a formosa silhueta da Torre de Belém, glorioso símbolo da era das descobertas, e o sr. David Caeiro gravou primorosamente a ouro a dedicatória.

A artística lembrança, encerrada n'uma caixa oferecida pelas educandas do Azilo de Santo António, foi enviada ao sr. Abel Botelho, a fim de lhe dar o devido destino.

E a este facto que se refere a seguinte carta do ilustre ministro português dirigida à direcção:

**Buenos Aires 29 agosto 1912.*

Recebi em 10 do correio a apreciadíssima carta de v., mas o laço apenas agora, no meu regresso de Montevideu. Chegou perfeitamente, e é lindo, em tudo digno da encantadora e comovente ideia que lhe deu origem.

O dr. Ramos Mejía, director do *Conselho Nacional de Instrução*, ficou entusiasmado, quando eu lhe comuniquei a boa nova, e eu senti-me verdadeiramente feliz por haver, sem em tal pensar, sugerido este belo gesto infantil, em que tão limpidamente se revelam as qualidades cavalheirosas e amoraveis da nossa raça.

O *Conselho Nacional de Instrução* quer que a entrega do laço seja feita com toda a solenidade. Isto não poderá ser, porém, senão em fins de setembro próximo, porque tenho que partir já para o Paraguai, onde devo demorar-me em serviço oficial uns vinte dias. Telegrafarei a v. quando a solenidade se realizar e depois lhe enviarei o relato dos jornais. Enretanto, em nome do dr. Mejía e da meu, peço que agradere muito reconhecido às crianças da Escola Marqués de Pombal e em especial ao galante iniciador de ideia tão linda.

(a) *Abel Botelho.*

O laço foi já entregue, em sessão solene realizada em 14 de outubro ultimo, conforme participa o sr. Abel Botelho na seguinte carta enviada à direcção:

Buenos Aires, 15 de outubro de 1912.

Ex^{mo} Sr. Director, Presado amigo

Tenho o grande prazer de lhe comunicar que a festa da entrega do laço, realizada hontem, foi deveras emocionante. Neste correio lhe envio tres exemplares de cada um dos melhores jornais d'aqui—La Prensa e La Nación—que hoje se referiram ao assunto. Dero dizer-lhe que La Nación é o jornal aqui mais bem conceituado nos centros políticos e sociais. Dos teriaos calorosos em que ele dá a notícia, melhor poderá v. avaliar da alta significação que teve o acto, nôrteme sabendo-se que os argentinos são em geral parcós em adjetivos e comedidos.

Eu tive realmente uma satisfação e um orgulho enorme em ouvir aqui, nesta nação alta e forte, o himno nacional português entoado em coro, na letra original, por centenas dos seus pequenos filhos. Como v. verá do extracto do meu discurso, eu, ao oferecer o laço, expliquei a sua significação simbolica. Depois, fui o aluno do 5.^º grau, Victoriano Redal, quem, ao terminar de falar, cingiu o laço à bandeira da Escola. E este acto produziu um delírio.

E provavel que alguma revista ilustrada d'aqui publique fotografias do acto. Encantá-lo-as hei. E, em cambio, peço a v. a fineza de me enviar tambem o que de mais importante sobre o vaso publicarem os jornais d'aí.

Dero dizer-lhe que o Consejo Nacional d'Education é como que a Direcção Geral da Instrucción Pública, d'aqui; que o presidente não assistiu por se achar bastante doente com uma nefrite; e que o relato oficial e completo da cerimónia será publicado no Boletim do Consejo o qual também lhe encaminho.

Felicito-me e felicito a **Escola Marquez de Pomonal** por tão auspicioso éxito. E envio uma calorosa saudação especial ao pequenino aluno em cuja alma entusiasta germinou tão bela idéa.

(a) Abel Botelho.

A seguir publicamos os documentos que nos foram enviados: programa da festa infantil e relato do jornal *La Nación*.

Os amigos da Academia de Estudos Livres farião assim uma ideia do que foi a solenidade e compreenderão melhor a alta significação patriótica do acto realizado. As nações pequenas impõem-se por estas manifestações de alta civilização.

A Academia de Estudos Livres saúda fraternalmente a nação sul-americana, a gloriosa República Argentina, fazendo votos pela sua prosperidade e crescente grandeza. E envia um afectuoso abraço ao seu bom amigo Abel Botelho, o distinto escritor e Ministro de Portugal naquele grande país. Bem haja quem tão brilhantemente sabe honrar o nome da Patria!

C PROGRAMA DA FESTA

Homenaje de los Niños de Lisboa á los alumnos da la Escuela «Cornelio Saavedra»

Buenos Aires, Octubre de 1912.

Acto escolar que por disposición del Consejo Nacional de Educación, se realizará el 14 del corriente á las 10 a. m., con motivo de la entrega del lazo con que los alumnos de la Escuela «Marquez Pombal» obsequian á la Escuela «C. Saavedra» por intermedio del Exmo. Señor Ministro de Portugal.

Programa

- 1.^a) *Himno nacional*
 - b) *Himno Republicano Portugués*
- { *coro por los alumnos de la Escuela*
- 2.^a) *Discurso del Sr. Ministro de Portugal coronel Abel Botelho.*
 - 3.^a) *Discurso del Sr. Vice Presidente del G. N. de Educación dr. Pastor Lacasa.*
 - 4.^a) *Saludo á la Bandera (Coro).*
 - 5.^a) *Palabras del niño de 6.^o grado Victoriano Bedal.*
 - 6.^a) *Canción de la Bandera (Opera Aurora de Panizza) Coro.*
 - 7.^a) *Desfile custodiado Mi Bandera.*

*La Nación, n.º 14855 — Buenos Aires — Martes, 15 de octubre de 1912:
Na Escuela Cornelio Saavedra — As crianças de Lisboa — Festa de cunfraternidade infantil.*

*Servindo-se de uma homenagem infantil, significativamente

simpatica pela ingenuidade da sua forma simbolica, a Republica de Portugal estreitou ontem com o nosso paiz os laços da confraternidade que a ela nos unem. O ministro da republica amiga, coronel Abel Botelho, foi, não só o intermediario da mensagem das creanças de Lisboa ás creanças argentinas, concretizada numa significativa oferta á nossa bandeira, como tambem o interprete eloquente dos sentimentos que ali, na formosa capital lusitana, nasceram para a nossa republica com a gloria da era republicana. A prenda simbolica foi um laço com as cores da bandeira de Portugal e a dedicatoria fraternal das creanças de Lisboa ás creanças argentinas, apresentando pintada numa das fitas a Torre de Belem — tradicional origem das gloriosas tradições daquele paiz. O entusiasmo com que as mil creanças da Escola «Cornelio Saavedra» saudaram a entrega deste simbolo, repercutiu ontem mesmo, transmitido pelo telegrafo, na alma dos que tiveram a gentil inspiração de enviá-lo. Talvez contribuisse para tornar tão ardente, tão espontaneo, tão desusado esse entusiasmo em que decorreu a festa a propria simplicidade estetica da demonstração infantil e, sem duvida, tambem o facto auspicioso, de que pela primeira vez se ouvia na America num acto publico o hino republicano portuguez, cantado em círculo por cem creanças argentinas, e a cujas ardentes e animosas notas acompanhava uma letra não menos admiravel.

A organisação do acto, ordenado pelo Conselho Nacional de Educação, foi entregue à direcção da Escola «Cornelio Saavedra», cujas creanças eram directamente obsequiadas pelas da Escola Marquez de Pombal, de Lisboa. No grande pateo da escola, coberto com um grande toldo e adornado de bandeiras entrelaçadas de ambas as republicas, achavam-se reunidas ás dez horas da manhã, mais de mil creanças. Estavam tambem presentes o presidente interino do Conselho de Educação, dr. Pastor Lacasa, que acompanhou o ministro de Portugal; outros altos funcionários do conselho, varios inspetores seccionaes, todo o pessoal docente do estabelecimento, numerosos convidados e delegações das escolas «Presidente Quintana», «Carlos Tejedor», «Alberti», «Esteban de Luca», «Narciso Laprida», «Mariano Moreno», escolas n.^o 13, 8 e 6 do conselho escolar n.^o 70.

Começou o acto pelo hino escolar argentino cantado p

mais de cem crianças da Escola Cornelio Saavedra. Ao extinguirem-se os aplausos que saudaram a canção nacional, o professor Frederico Bacci tocou ao piano a música do hino português, cujos versos foram cantados pelas mesmas crianças no original lusitano. A ultima parte do círculo, que no *arrigo* do professor Bacci se repetiu três vezes, é tão bela e sonora, que arrancou uma ovacão entusiastica. O ministro de Portugal manifestou-se satisfeitissimo pelo grande carinho com que havia sido estudado o hino do seu paiz.

A seguir usou da palavra. Começou dizendo que as comovedoras impressões que conserva da sua primeira visita à Escola Cornelio Saavedra lhe haviam inspirado varias vezes o desejo de voltar a visitá-la; nuncia tinha, porém, imaginado que esta segunda visita viesse a realizar-se nas brilhantes e inolvidaveis condições que rodeavam aquela solenidade. Alargou-se em eloquentes considerações sobre o significado da oferta que entregava comovido, enviada do outro continente por milhares de ingenuas almas ás almas das crianças argentinas. Recordou o eco simpatico que havia despertado a saudação enviada pelas crianças argentinas ás escolas primarias de Portugal, porque tinha sido esse um adorável gesto infantil a cuja expressão cristalina, vibrando num ambiente de ideal pureza, com suas azas candidas, por cima do oceano, devia necessariamente fazer lembrar uma manifestação identica aos seus pequenos compatriotas. Havia-no estes encarregado da retribuição calorosa e amiga. Tinha-se realizado assim, entre as duas escolas Cornelio Saavedra e Marquez de Pombal, o cruzamento de uma corrente de sensibilidade afectiva e ardente, dessa sensibilidade que é a mais alta faculdade humana, o impulso popular de todos os grandes movimentos sociaes, a filha de todos os grandes progressos, sensibilidade que é a grande senhora do mundo e o privilegio deslumbrante, admiravel, eterno, da raça latina. Considerava-se verdadeiramente feliz por ser o interprete de tão auspicioso movimento e considerava um título de gloria o contribuir para a realização de tão belo acto de confraternidade entre as escolas argentinas e portuguézas, em que muitas «saudades» se trocam com efusão juvenil, cruzando-se altas e livres no espaço, limpidas como agua pura dos montes, sonoras como os inocentes risos infantis, rosadas e frescas como dois beijos da aurora.

Falando da oferta, disse o coronel Botelho que ela era pobre na sua materialidade; mas que os dois símbolos que figuravam no laço eram as duas cores da República Portugueza, as duas cores redentoras que são a afirmação sem apelo da emancipação social e política da sua pátria.

Evocou em seguida, referindo-se à Torre de Belém pintada na fita, a era épica dos descobrimentos, as figuras de Gama, de Colombo e de Cabral, «que com a alma cheia de sonho partiram para desvendar o vago, o desconhecido, para sondar o misterio tentador das águas, para resgatar para a ciência, para a verdade e para a luz a Ásia, a Oceania, a América e tantas extensões intermináveis por sobre as quais, naqueles tempos, Espanha e Portugal estenderam os braços.

São aquelas páginas eternas de uma mesma história — acrescentou — rastros palpitantes de uma vida commun. A grandeza de ambas as tradições emparelha-se. E a pátria de Camões e de Pombal — disse — era digna de irmanar-se agora com o berço de Mitre e de Sarmiento.

Falou depois da educação na República Argentina, elogiando-a, sobretudo pelo amplo espírito que a inspira, que está de acordo com as tendências modernas, as quais não põem de lado o patriotismo, antes o concilium com a comunidade espiritual dos povos.

Ao terminar o seu discurso, como quasi a cada parágrafo, o ministro de Portugal foi imensamente aplaudido. E quando fez entrega do laço às crianças, houve delirantes aclamações a Portugal e à Argentina, levantando-se calorosos vivas.

O laço foi cingido à haste de uma bandeira argentina, que foi passeada em triunfo enquanto as crianças cantavam num círculo vibrante uma canção alusiva.

A seguir usou da palavra o presidente interino do Conselho de Educação, Dr. Lacasa, que em nome dessa instituição exprimiu a gratidão que lhe inspirava a oferta. Disse que atribuía à demonstração tanto mais valor, quanto foi seu interprete o ministro sr. Botelho. Fez uma evocação histórica das tradições de Portugal, que hoje se nos apresenta debaixo do aspecto de uma república democrática.

Terminou com estas palavras: — «Senhor ministro: Foi bem

escolhida a escola Saavedra para depositaria desta lembrança. O nome do presidente da Junta de Maio representa para as crianças o culto dos heróes nacionais, que é a principal orientação do ensino argentino. Este laço, que recorda a República de Portugal, sé-lo-há de fraternidade intelectual entre as crianças portuguesas e argentinas, e faço votos por que nos tempos futuros, quando sejam cidadãos, se intensifique esse sentimento para realizar progressos dignos da cultura contemporânea».

Prounciou depois um discurso o aluno do 6.^o grau, Victoriano Redal, tão eloquente na sua forma espontânea, que ao terminar o ministro de Portugal levantou-se, abraçando-o com efusão.

O director da escola, professor Waldino Jimenez, salientou em breves palavras a significação da homenagem que ali viera prestar o sr. Botelho. Disse que ela representava nobres afectos e comunidade de altos ideias. «Ficae sabendo, disse, terminando — que o dia cinco de outubro será para a escola Cornelio Saavedra uma data de feliz recordação, porque em tal dia encorporámos no nosso programa de estudos este novo ponto: o advento de Portugal à vida republicana».

Terminado o acto foi servido um lanche aos assistentes.»

CONFERENCIAS E PALESTRAS

A LUA

Em virtude dos desejos manifestados pela Academia de Estudos Livres, impulsionada, como sempre, pelo seu benemerito empenho de fazer progredir a educação popular, aceitei a honrosa missão que hoje me traz aqui (¹), escolhendo a Lua para tema da singela exposição que vou sujeitar á vossa benevolencia.

Poderia parecer de somenos interesse o tema que escolhi, porque não há ninguem que não saiba o que é a Lua, mas se reflectires em que a maioria das pessoas, que tantas vezes tem contemplado esse palido astro, ficariam certamente embaracadas se lhes pedissem noções precisas sobre a sua origem, as suas condições físicas, o seu papel no Universo, os seus movimentos, a sua evolução, de certo concordareis em que muitos factos se poderão expôr, concernentes ao nosso satélite, que ofereçam novidade e interesse, aos individuos a quem os estudos astronómicos não sejam familiares. E assim reconheceres que sempre alguma coisa de útil se poderá dizer, mesmo desenvolvendo um tema que, à primeira vista, talvez pareça demasiadamente singelo.

Acrece que, de todos os astros que vemos brilhar no firmamento, é a Lua aquele que primeiro merece a nossa consideração especial, porque é o unico que, por assim dizer, nos pertence.

O Sol, o astro magnificente de quem recebemos a luz e o calor, arrasta o planeta que habitamos, como arrasta todos os outros do nosso sistema, no seu movimento através do espaço; a Terra, e os planetas seus irmãos são os serventuários d'esse Astro co-

(¹) A conferencia realizou-se na Faculdade de Ciências de Lisboa em 28 de abril de 1912 e fizeram-se durante ela varias projeções luminosas, conforme no proprio texto está indicado.

lossal, que os acorrenta pelos ferreos laços da atração, forçando-os a acompanhá-lo aos seus ignorados destinos. Pelo contrario a Lua, jogueté das atrações exercidas por todos os corpos do mundo solar, é principalmente á ação da Terra que obedece, é a ela que segue no seu movimento á roda do Sol, e no movimento de translação que lhe é commun com todos os outros corpos do nosso sistema planetario. Por isso a Lua, o unico satelite da Terra, pôde considerar-se como uma propriedade nossa, e merece, por isso, fixar desde logo a nossa atenção, quando, abstraiindo das pequenas misérias da vida sublunar, elevamos o nosso espírito a mais altas concepções.

Justificado, pois, o tema escolhido, segue-se entrar no seu desenvolvimento; antes, porém, de o fazer, seja-me permitido pôr em relevo uma circunstancia e entrar numa pequena digressão.

A circunstancia que desejo salientar é que, destinando-se esta exposição a um publico heterogeneo, de que fazem parte individuos de tenra idade, que ainda não tiveram tempo para alargar bastante a esfera dos seus conhecimentos, é em atenção a eles que hei de fixar o nível scientifico das minhas considerações. Assim, terei de descer a minúcias, que muitos dos que me escutam evidentemente dispensariam; deixarei em silêncio um ou outro facto, que não poderia ser bem atingido numa primeira audição do assunto; e ver-me-ei até algumas vezes forçado a pôr de parte o absoluto rigor scientifico, para poder usar de uma linguagem mais facilmente comprehensivel.

A pequena digressão, que julgo conveniente fazer, destina-se a colocar a Lua, objéto unico do nosso estudo, na situação que lhe compete relativamente a todos os outros astros que vemos brilhar no firmamento. Desnecessaria certamente para a grande maioria dos meus ouvintes, esta digressão impõe-se, apesar disso, pela circunstancia a que me acabo de referir.

Entrando, pois, ligeiramente no campo da Astronomia geral, direi que se faz n'esta sciencia uma distinção fundamental entre *Mundo solar* e *Universo*. As estrelas consideram-se verdadeiros sóis, quer dizer, globos enormes, sédes de uma viva incandescência, animados de movimentos diversos. O Sol não se distingue fisicamente das inumeras estrelas que scintilam no espaço indefinido; só tem para nós a particularidade de estarmos na sua dé-

pendencia, isto é, a de atrair um certo numero de corpos celestes, a que a Terra pertence, que dele recebem a luz e o calor e que o acompanham no seu movimento através do espaço.

O conjunto das estrelas ou sóis é o Universo; o grupo, incomparavelmente mais limitado, de que venho de falar, com a estrela, ou o Sol, que lhe serve de centro, é o *mundo* ou o *sistema solar*.

O Universo forma provavelmente um todo cujos limites, se existem, são inacessíveis à nossa observação, e pouco se conhece ainda hoje das leis que o regem no seu conjunto; o mundo solar, pelo contrário, forma um todo limitado e bem definido, e, por um certo numero de circunstâncias favoráveis, o estudo do movimento relativo dos corpos que o constituem reduz-se a um problema de mecânica, susceptível de completa, embora trabalhosa solução.

O astro mais importante do mundo solar é evidentemente o Sol. As dimensões dele são consideráveis relativamente às de todos os outros corpos que constituem o nosso sistema, e que dele recebem a luz e o calor. Em torno do Sol movem-se *planetas*, os mais importantes dos quais são — pela ordem crescente das suas distâncias ao Sol — Mercurio, Venus, Terra, Marte, Jupiter, Saturno, Urano e Neptuno; além destes há muitos outros, de minuscúlas dimensões, a que se chama *asteroides* ou *pequenos planetas*, cujo número cresce de dia para dia, graças a novas descobertas, e cujas distâncias ao Sol ficam quasi todas compreendidas entre as que respeitam a Marte e a Jupiter.

Todos os planetas acham-se animados de um movimento de revolução em torno de um eixo inclinado em relação ao plano da sua órbita (movimento de rotação); percorrem ao mesmo tempo uma curva fechada em torno do Sol (movimento de circulação); e acompanham o mesmo Sol no seu movimento através das constelações (movimento de translação).

Do movimento de rotação da Terra em torno do seu eixo — movimento de que não temos consciência, por isso que participamos dele — é que resulta o movimento diurno aparente da esfera celeste; do movimento anual da Terra em torno do Sol deriva o movimento próprio aparente deste último astro.

À exceção de Mercurio e Venus, todos os grandes planetas

tem *satélites*, isto é, ha uns astros errantes, uns planetas secundarios, que giram em torno dos primeiros descrevendo orbitas fechadas, analogas ás que os planetas percorrem no seu movimento à roda do Sol. A Terra tem um satélite, que é precisamente a Lua; Marte, tem dois; Júpiter, oito; Saturno, dez; Urano, quatro e Neptuno, um.

Além dos corpos, de que acabo de fazer a rapida enumeração, pertencem ainda ao nosso sistema planetario outros astros errantes, os *cometas*, sobre os quaes se exerce igualmente a atração do Sol, mas que com facilidade se distinguem dos planetas, por terem luz propria e forma característica.

É tempo, todavia, de terminar esta rapida digressão, e voltar ao nosso palido satélite.

Por oposição ao Sol, que é manifestamente o *astro do dia*, tem-se dado muitas vezes á Lua a designação de *astro da noite*, mas uma grosseira observação é suficiente para mostrar quando essa designação tem de erronea. É frequente em certas épocas ver-se a Lua, antes do pôr do Sol, com uma desmaiaida claridade; é vulgar também nem sempre se observar durante a noite. Assim, a crença dos antigos, de que a Lua fora criada para iluminar a Terra de noite, enquanto o Astro-Rei descansava da sua faina quotidiana, não tem a menor razão de ser. O que é certo é a Lua realizar a sua revolução em torno da Terra em menos de um mês, de maneira que, enquanto a Terra faz um giro completo em roda do Sol, a Lua descreve mais de doze vezes a sua trajetória ao redor dela; e das posições relativas do Sol e da Lua, provenientes destes movimentos, resulta a possibilidade de estarem esses corpos num dado instante ambos acima, ambos abaixo, ou um acima e outro abaixo do horizonte do observador.

A curva descrita pelo centro da Lua no seu movimento de circulação em torno da Terra não é uma circunferência perfeita, como aliás os antigos supunham; nem mesmo se pôde dizer que é uma curva plana, quando se usa de todo o rigor. As coisas, porém, passam-se sensivelmente como se a trajetória descrita fosse uma elipse, isto é, uma curva plana tal que a soma das distâncias de qualquer dos seus pontos a dois pontos fixos do seu plano é constante.

São igualmente elipses, ou mais rigorosamente curvas que

muito se aproximam de elipses, as órbitas que os diversos planetas descrevem em torno do Sol, ou que os outros satélites descrevem em torno dos seus planetas.

Os dois pontos fixos mencionados na definição da elipse chamam-se *fócos*; a sua distância denomina-se *distância focal*; a soma das distâncias de cada ponto da curva aos dois focos é igual ao *eixo maior*; e o quociente da semi-distância focal pelo semi-eixo maior é a *excentricidade*. A excentricidade da elipse é sempre menor do que a unidade, e quanto mais pequena é, tanto mais a forma da curva se aproxima da de uma circunferência de círculo.

Pode fazer-se uma ideia perfeita da forma da elipse fixando as duas extremidades de um cordel nos dois pontos fixos, que não de ser os focos; deixando-lhe entre esses pontos um comprimento igual ao eixo maior; e obrigando-o em seguida a esticar-se por meio de uma ponta traçante, a qual se encosta à superfície sobre que se deseja descrever a elipse. Deslocando a ponta traçante por forma que as duas partes do cordel se conservem esticadas, a extremidade dela irá descrevendo uma curva que, em face da definição apresentada, não pode deixar de ser uma elipse.

É por este processo que os jardineiros traçam as curvas elípticas, de que frequentemente se servem para delimitar os seus canteiros.

Voltando ao caso da Lua, convém indicar que a posição que a Terra ocupa dentro da sua órbita elíptica coincide justamente com um dos focos dessa órbita; e para se fazer ideia da forma e das dimensões da elipse descrita, basta saber que o seu eixo maior é igual a 60,3 vezes o raio da Terra no equador, e que a sua excentricidade é tão somente 0,0549. Do facto de esta excentricidade ser um número muito pequeno conclui-se que a elipse lunar pouco se afasta de uma circunferência de círculo.

Notarei, a propósito, que os fenômenos naturais raras vezes se podem traduzir por números simples, e muito menos por números inteiros; ora, na impossibilidade de conservarmos de memória números muito complexos e dada a possibilidade de os confundirmos, é preferível servirmo-nos na exposição corrente de números redondos, embora menos aproximados; esses números são, na verdade, mais fáceis de reter, são mais sugestivos ao

nosso espírito, e bastam geralmente para podermos formar uma ideia clara dos fenômenos. É assim que é costume dizer-se que a distância média da Terra à Lua é igual a 60 raios terrestres.

Que tempo gasta a Lua a descrever a sua órbita completa em torno da Terra? A duração desse movimento, que se denomina a *revolução sideral da Lua*, é igual a $27^{\text{d}}\ 7^{\text{h}}\ 43^{\text{m}}\ 11^{\text{s}},5$, ou, em números redondos, $27^{\text{d}}\ \frac{1}{2}$; não chega, pois, a um mês, como já tinha tido ocasião de anunciar.

Se a Lua não tivesse outro movimento além deste de que acabo de falar, a parte da sua superfície que se volta para a Terra variaria com a posição do nosso satélite na sua órbita. Assim, estando, por exemplo, a Lua na posição L, voltar-se-ia para a Terra o hemisfério da esquerda, que seria o visível para nós; chegada à posição L', o hemisfério que se nos depararia e que veríamos se estivesse iluminado, seria então o da direita (fig. 1).



Fig. 1

Deste modo toda a superfície lunar seria acessível à nossa observação no espaço de uma revolução sideral. Mas será esta consequência verificada pelas nossas observações? Manifestamente não é. Todos sabem que a parte visível da Lua se nos apresenta sempre com o mesmo aspecto, o que quer dizer que o nosso satélite volta sempre para a Terra a mesma face. Este facto explica-se sem dificuldade alguma admitindo que a Lua tem um movimento de rotação em torno de um eixo, cuja duração coincide exactamente com a sua revolução sideral. A existência de um movimento de rotação nota-se, como já vimos, em todos os planetas e satélites, mas, no caso da Lua, verifica-se aquela particularidade interessante de serem iguais entre si as durações dos dois movimentos, o de rotação em redor de um eixo, e o de circulação em torno da Terra, e é realmente desta particularidade que deriva a circunstância de a Lua voltar sempre para nós a mesma face. É o que vamos verificar.

A Lua descreve a sua órbita quasi circular em torno da Terra

no sentido directo da astronomia, isto é, no sentido contrario ao do movimento dos ponteiros de um relogio. Sejam então A e A_1 (fig. 2) as posições ocupadas pelo centro da Lua em duas épocas sucessivas. O raio vector, que une o centro da Lua com o centro da

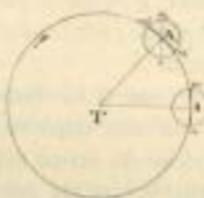


Fig. 2

Terra, descreve no intervalo dessas duas épocas o angulo $A T A_1$. Na primeira posição o círculo maximo que limita o hemisferio lunar voltado para a Terra projecta-se na figura segundo $m n$; na segunda posição projectar-se-á segundo $m' n'$; mas como esse hemisferio continua sendo o mesmo, o diametro $m n$ da primeira posição ha de coincidir com $m' n'$, e para isso é necessário que a Lua tenha girado em torno de A_1 (ou em torno de um eixo passando por A_1 perpendicularmente ao plano da figura) do angulo $nA n'$, que sem dificuldade se prova ser igual a ATA_1 . Assim, em qualquer tempo, o angulo descrito pelo raio vector da Lua em torno da Terra é igual áquele de que o mesmo astro gira em torno do seu eixo; estes dois movimentos completam-se, pois, no mesmo tempo, o quer dizer, como ha pouco afirmei, que as suas durações são iguais.

Em verdade, a igualdade dos angulos $nA n'$ e ATA_1 só seria rigorosa se a orbita da Lua fosse perfeitamente circular; como esta orbita se aproxima bastante de uma circunferencia, mas não o é em rigor, aquela igualdade não se verifica com absoluta exactidão. Por outro lado o eixo em torno de qual a Lua gira não é bem perpendicular ao plano da sua orbita. Daqui resulta que em todo o rigor a Lua não nos mostra constantemente a mesma parte da sua superficie; às vezes descobre-se, de um ou de outro lado, uma estreita faixa que habitualmente se não vê; de sorte que, afinal, vimos a conhecer não metade, mas sim um pouco mais

de metade de toda a superfície lunar. As coisas passam-se como se a Lua, além dos dois movimentos já enumerados, se deslocasse no espaço balançando-se; e a este movimento aparente, bem conhecido dos astrónomos, deram eles o nome de *libração*.

Vou dar uma ideia mais precisa deste fenômeno.

Já sabemos que a órbita desenhada pela Lua não é realmente uma circunferência de círculo, mas sim uma elipse, embora de pequena excentricidade. E sendo uma elipse, é fácil reconhecer que a velocidade do nosso satélite não pode ser constante. Com efeito, a lei segundo a qual se executa o movimento da Lua na sua órbita elíptica é tal que a linha recta (raio vector) que une o centro desse astro com o centro da Terra descreve áreas iguais em tempos iguais. Assim se a Lua gastar o mesmo tempo indo de A a B (fig. 3) ou de A' a B', os sectores A T B e A' T' B', descriptos pelo seu raio vector, deverão ser iguais entre si. Os raios T A e T B são menores do que T A' e T B'; então a igual-



Fig. 3

dade daquelas áreas exige forçosamente que o arco A B' seja mais pequeno do que A B. Vê-se, pois, que, em tempos iguais, os caminhos percorridos pela Lua são diferentes quando ela se encontra a distâncias diferentes da Terra, sendo tanto maiores quanto mais próximos estiverem os dois astros. Assim, a velocidade com que a Lua caminha na sua órbita varia entre certos limites, aliás apertados, sendo máxima quando ela está no ponto mais próximo da Terra (perigélio), e mínima quando chega ao ponto mais afastado (apogéio).

Por outro lado, a velocidade angular do movimento de rotação da Lua em torno do seu eixo mantém-se constante.

Sendo, pois, um dos movimentos uniforme e o outro variado, não é possível darse uma absoluta igualdade numérica entre o arco desenhado pela Lua em torno da Terra, e o ângulo de que a mesma Lua gira simultaneamente em torno do seu eixo; dai

essa apariencia de movimento de balanço, que já disse ter o nome de *libração*.

Tenho-me referido até aqui à face que a Lua nos volta constantemente, sem me importar com as suas condições de visibilidade.

Rigorosamente o que se deve dizer é que nós vemos sempre uma parte maior ou menor da mesma face. O disco lunar só em certas épocas, regularmente espaçadas, se nos mostra iluminado em toda a sua plenitude; nos intervalos vê-se apenas brilhar uma parte desse disco, e noutras épocas, igualmente espaçadas, chega até a desaparecer completamente a sua iluminação. Esta sucessão de apariências diversas, de todos bem conhecidas, constitue o que se chama as *fases da Lua*.

A que é devido o phänomeno das fases?

E' devido á circunstancia de a Lua não ter luz propria.

A Lua é um corpo opaco, como a Terra que habitamos, e, como ela, é do Sol que recebe a luz.

Supondo-a com a forma sensivelmente esferica, em cada instante há um hemisferio iluminado que é o voltado para o Sol, e um hemisferio imerso nas trevas, que é o oposto ao primeiro. A linha que separa estes dois hemisferios, isto é, a linha de separação da sombra e luz, é um circulo maximo cuja posição varia de instante para instante, graças aos movimentos de que o nosso satelite está animado. Assim esta linha umas vezes coincide com a que separa o hemisferio visivel para nós do hemisferio invisivel; outras vezes corta-a com maior ou menor obliquidade.

Suponhamos por um momento que os centros dos tres astros — Sol, Terra e Lua — estão sempre num mesmo plano, no qual se verifica, portanto, quer o movimento da Terra em torno do Sol, quer o movimento da Lua em torno da Terra.

Nesta hipótese, se os centros dos tres astros estão em linha recta, ficando a Lua entre a Terra e o Sol, como em N (fig. 4), o hemisferio iluminado é o que não é visivel da Terra; nesse instante o disco voltado para nós, não recebendo luz do Sol, nenhuma luz reflecte para a Terra. Diz-se então que é *Lua nova ou novilunio*. (Supomos o Sol a grande distancia, no prolongamento de TN para a direita da figura). Se é a Terra que fica entre a Lua e

o Sol, como em P, então o hemisferio iluminado é precisamente o que está voltado para a Terra; o disco lunar é inteiramente visível e dá-se o que se chama *Lua cheia ou plenilunio*.

A *Lua nova* e a *Lua cheia* tem o nome comum de *sugyrias*.

Entre as duas posições opostas, de que acabo de falar, a linha de separação da sombra e luz não coincide com a que, para nós, separa o hemisferio visível do hemisferio invisível.

Como nos é lícito referir ao Sol, suposto fixo, as posições relativas da Terra e da Lua, e podemos até por um instante abstrair do movimento da Terra; como, por outro lado, o Sol está a

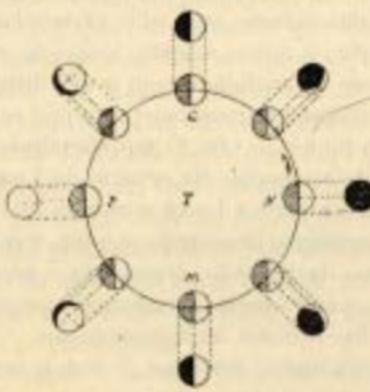


Fig. 4

uma distância do nosso planeta que é, em números redondos, 400 vezes maior do que a nossa distância à Lua; suporemos que os raios de luz, que o Astro-Rei envia para o nosso satélite, incidem em direcções sensivelmente paralelas. Então quando a Lua, tendo completado um quarto ou três quartos da sua revolução, se apresenta como em C, ou em M, aquelas duas linhas cortam-se a ângulo recto, e a fração do disco lunar então visível da Terra é sensivelmente metade. Diz-se que é *quarto crescente* quando a Lua está em C, e *quarto minguante* quando está em M. O *quarto crescente* e o *quarto minguante* tem a designação comum de *quadaturas*.

Entre a *Lua nova* e o *quarto crescente*, ou entre o *quarto minguante* e a *Lua nova*, a parte do disco da Lua que se mostra

iluminada é inferior a metade, e tem a forma de um crescente, que volta sempre a sua convexidade para o Sol. Como a Lua caminha no sentido directo da astronomia, isto é, no sentido contrário ao do movimento dos ponteiros de um relógio, as pontas do crescente lunar voltam-se para o oriente entre a lua nova e a primeira quadratura, e para o poente entre o quarto minguante e a lua nova.

Do quarto crescente à Lua cheia e desta ao quarto minguante apresenta-se-nos iluminado mais da metade do disco, o qual, todavia, só na ocasião do plenilúnio se arredonda completamente.

Convém notar um facto, que certamente já tem sido observado por muitas das pessoas que estão presentes; e é que, na ocasião da Lua nova, o nosso satélite, longe de se nos tornar invisível, apresenta-se na realidade com o seu disco completo, acusando uma fraquíssima luminosidade, que mal se distingue da iluminação geral do fundo do céo. Comprehende-se bem a razão de ser d'esta aparente anomalia. Na ocasião da Lua nova o hemisfério que a Terra volta para a Lua é o mesmo que volta para o Sol, quer dizer, é o hemisfério iluminado; e a luz, que a Terra, em virtude do fenômeno da reflexão, envia para o espaço, vai por seu turno iluminar o nosso satélite, produzindo aquele efeito que observamos. Dá-se-lhe o nome de *luz cendrada*.

Voltemos ao fenômeno das fases, e demos novamente à Terra o seu movimento de circulação.

Dependendo aquele fenômeno das posições relativas da Terra, da Lua e do Sol; girando a Terra em torno do Sol, conformemente a uma lei natural, que actua sempre do mesmo modo; e andando a Lua á roda da Terra, em obediencia a uma lei identica; comprehende-se que as épocas em que os tres astros estão em linha recta, e na mesma disposição relativa, hão de succeder-se continuamente na série dos tempos; por outras palavras, se num dado momento é Lua nova, essa fase ha de repetir-se indefinidamente no decorrer dos seculos a intervalos de tempos iguais.

Esse intervalo de tempo constante entre duas fases sucessivas do mesmo nome chama-se *revolução synóptica da Lua*, ou, mais simplesmente, *lunação*. A sua duração é $29^{\frac{1}{4}} 12^{\frac{1}{2}} 54^{\frac{1}{2}} = 29,9$ ou, em numeros redondos, $29^{\frac{1}{4}} \frac{1}{2}$. Como se vê, excede em pouco mais de dois dias a revolução sideral.

Se as coisas se passassem como até aqui tenho indicado, a Lua, na ocasião do nivolunio, interceptaria, no todo ou em parte, o feixe luminoso que nos envia o Sol, e esse astro brilhante seria mais ou menos occultado. Dar-se-ia em todas as luas novas um eclipse de Sol.

Semelhantemente, em todos os plenilunios a Terra interceptaria, no todo ou em parte, o feixe de luz emanado do Sol, que deixaria, assim, de iluminar a Lua, total ou parcialmente. Dar-se-ia em todas as luas cheias um eclipse da Lua.

Mas a nossa observação diz-nos que raras são as syzygias em que nos é dado observar um eclipse. Como se explica então este aparente desacordo? Explica-se notando que uma hipótese, de que há pouco me servi para facilitar a exposição, não corresponde realmente à verdade dos factos. Contrariamente ao que por um momento admiti, o centro da Lua não se conserva constantemente no plano da órbita da Terra, de modo que, em rigor, as posições que supuz ocupadas pela Lua, na explicação do fenômeno das fases, representam, por assim dizer, as projeções do nosso satélite naquele plano, e não propriamente as suas posições reais.

A eclipse descrita pela Lua corta o plano da órbita da Terra em dois pontos, que se chamam os *nodos*; e o ângulo dos planos das duas órbitas é proximamente 5°.

Prova a observação que os nós não são pontos fixos no plano da órbita da Terra, ou, empregando a terminologia científica, no plano da eclíptica. Como quer que seja, o tempo que corre entre duas passagens sucessivas da Lua pelo mesmo nodo da sua órbita é igual a $27^{\frac{1}{4}} 5^{\frac{1}{2}} 5^m 30^s$ (aproximadamente $27^{\frac{1}{4}}$), duração esta que é conhecida pela designação de *revolução draconítica*.

Resulta do exposto que para haver eclipses não basta ser Lua nova ou Lua cheia; é preciso que no momento de se dar uma destas fases a Lua esteja também num dos nós da sua órbita. Em segundo lugar, se houver um eclipse de Sol ou da Lua numa determinada syzygia, tornará a produzir-se o mesmo fenômeno quando os quatro pontos — centro da Terra, centro da Lua, centro do Sol e nodo da órbita lunar — voltarem à mesma posição relativa; mas para esta condição se poder verificar, é forçoso que enha decorrido um intervalo de tempo tal que nele se contenham

ao mesmo tempo um numero exacto de lunações e um numero exacto de revoluções draconíticas. Ora reconhece-se facilmente, levando a aproximação dos cálculos até aos centessimos do dia, que o numero $6585^{\frac{1}{4}}, 37$ corresponde simultaneamente a 223 lunações e a 242 revoluções draconíticas. Está, pois, patenteada a razão por que os eclipses são fenômenos periódicos, e estabelecida também a sua periodicidade. Se num dado momento se produz um eclipse, $6585^{\frac{1}{4}}, 37$ dias depois dar-se-á um fenômeno igual; e tomando-se nota das épocas em que se observam eclipses dentro de um período de tempo com aquela duração, fica-se em condições de indicar as datas em que os mesmos fenômenos se hão de repetir: bastaria juntar aquelas épocas, tantas vezes quantas se quizer, os referidos $6585^{\frac{1}{4}}, 37$.

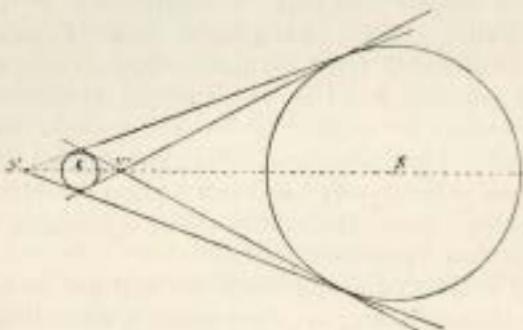


Fig. 5

Este período dos eclipses, conhecido da humanidade há mais de vinte séculos, abrange 18 anos completos, e mais 10 ou 11 dias, conforme forem 5 ou 4 os anos bisextos que no mesmo período se comportarem.

Os eclipses do Sol podem ser parciais, totais ou anulares.

A região da Terra, onde se produz um destes eclipses, é aquela sobre que se projecta a sombra devida à passagem da Lua por diante do Sol. A porção do espaço onde a opacidade do nosso satélite impede inteiramente a incidência dos raios solares tem a forma dum cone cujo vértice V (fig. 5) se opõe ao Sol S, e que é gerado pelas tangentes exteriores comuns aos globos dos dois astros; é o que se chama a *sombra pura* ou simplesmente a *sombra*.

bra da Lua. Em volta da sombra ha, porém, outra região do espaço que não é atravessada por toda a luz emanada do Sol, mas sim por uma fracção dela tanto menor quanto mais perto se estiver do cone da sombra pura. Esta outra região do espaço é limitada pela superficie conica que geram as tangentes interiores, e constitue a *penumbra* da Lua.

O facto de o Sol, sendo umas 400 vezes maior do que o nosso satelite, estar também umas 400 vezes mais longe, faz que o eixo LV do cone da sombra seja proximadamente igual à distancia da Terra à Lua, sendo possível, portanto, na época de uma Lua nova, que esse cone atinja a superficie do nosso planeta; neste caso dos pontos da Terra comprehendidos dentro do cone deixa-se de ver o Sol, e o eclipse é *total*. Pôde, porém, dar-se o caso de não ser a Terra atingida pelo cone da sombra, sendo, porém, encontrada pelo prolongamento do respectivo eixo; então o Sol parece reduzir-se a um anel luminoso para os pontos situados no interior da segunda folha do cone da sombra produzindo-se o que se denomina um *eclipse anular*. A penumbra, como se prolonga indefinidamente, pôde sempre alcançar a Terra em distância; se a atinge também em direcção, o que poucas vezes sucede, dos pontos colocados no seu anterior vê-se apenas uma parte do Sol, e ha eclipse parcial.

Como a Lua caminha com grande velocidade na sua orbita em roda da Terra, e o movimento angular d'esta em torno do Sol é doze vezes mais vagaroso, tanto a sombra como a penumbra passam pelo nosso globo com enorme rapidez. A penumbra, que primeiro encontra cada lugar da Terra, vai occultando cada vez maior porção do disco solar, até que o mesmo ponto é atingido pela sombra, se tem de haver eclipse total. Continuando a Lua o seu movimento, a sombra dentro de breves instantes deixa o lugar considerá-lo, pondo termo aí à totalidade do eclipse; e, pouco depois, também a penumbra desaparece.

A penumbra, quando encontra a Terra, tem em media uns 7.000 km. de diametro, e por isso cobre sempre uma grande parte da sua superficie; pelo contrario, como a sombra não pôde atingir na Terra diametro superior a 270 km., é sempre muito reduzida a zona da totalidade. Os eclipses do Sol, mesmo que venham a ser totais ou anulares para um dado ponto, começam por ser par-

cias. Nos primeiros a duração da totalidade é sempre muito menor que a do eclipse parcial, considerando-se já excepcionalmente vantajosas, para os observadores, as circunstâncias em que o fenômeno se produz, se aquela duração se eleva a uns 4 ou 5 minutos.

Os eclipses da Lua apresentam-se em condições diversas das dos eclipses do Sol debaixo de mais do que um ponto de vista. Estes últimos são, como disse, visíveis em regiões da Terra muito limitadas, e em instantes muito diferentes para os diversos lugares da mesma região. Pelo contrário os eclipses da Lua manifestam-se ao mesmo tempo para todos os pontos da Terra situados no hemisfério que está voltado para o nosso satélite, e podem ver-se de todos eles no mesmo instante físico. Desta particularidade resulta que, havendo no período de 6585¹,37 mais eclipses do Sol do que da Lua — 41 contra 29 — em cada lugar da Terra são visíveis durante esse mesmo período mais eclipses da Lua do que do Sol.

Por outro lado, como à distância a que a Lua pode estar da Terra o vértice do cone da sombra projectada pelo nosso planeta, fica sempre além da Lua, os eclipses do nosso satélite não podem ser anulares; só podem ser parciais ou totais.

Ainda com relação aos eclipses do Sol devo dizer que a classificação em parciais, totais ou anulares talvez não seja suficiente. O eclipse de 17 d'este mês foi, na verdade, observado de alguns pontos em condições tais, que é licita a hesitação na maneira como ele deverá ser classificado. Assim, por exemplo, em Milhundes, nas proximidades de Penafiel, viu-se o disco negro da Lua sobrepor-se inteiramente ao disco brilhante do Sol; a occultação deste não foi, todavia, completa, pois que se ficaram ainda distinguindo dois pontos brilhantes junto aos bordos do disco solar, cuja iluminação, por este facto, nunca cessou completamente. Não se notou mesmo a *coroa solar*, essa formosa aureola de luz branca, que no momento da totalidade costuma circundar o disco negro da Lua, nem tão pouco se espargiram sobre o fundo escuro do céo os jactos de luz avermelhada, que se denominam *protuberâncias*.

Porque motivo não foi total o eclipse na referida localidade? Por outras palavras, porque subsistiram os tais pontos brilhantes no disco quasi totalmente eclipsado do Sol?

Foi porque o disco da Lua não se nos deparou perfeitamente

redondo, notando-se na linha que o definia saliencias e reintrações; e a duas d'estas reentrâncias corresponderam certamente os pontos luminosos subsistentes. Assim o fenômeno dos eclipses conduz-nos naturalmente a uma outra questão importantíssima no estudo do nosso satélite: — a do seu relevo, ou da sua configuração superficial.

A grande proximidade a que a Lua está de nós faz que de todos os corpos celestes seja este o que conhecemos melhor, claro está, na face que está voltada para nós. O seu mapa geográfico, ou, para melhor dizer, *selenográfico*, foi desenhado há mais de duzentos anos, primeiro como um simples esboço, depois com maior número de pormenores, ultimamente com exactidão comparável à dos melhores mapas terrestres. Pode até dizer-se que os mapas selenográficos ainda são mais perfeitos, e a razão é fácil de perceber: é porque nós vemos o disco lunar inteiramente e não podemos ver a Terra no seu conjunto. A Lua tem também sido fotografada, e nos nossos dias a sua superfície acha-se até admiravelmente representada em muitas coleções de fotografias.

O primeiro mapa da Lua foi desenhado pelo astrônomo Hevelius, o qual, quando chegou a ocasião de dar denominações aos diversos acidentes da superfície que o mapa indicava, hesitou entre os nomes de personagens celebres e os das regiões do globo então conhecidas. Receoso de crear inimigos, se, seguindo o primeiro sistema, não conseguisse satisfazer a todos aqueles que se julgassem no direito de ser contemplados, resolveu adoptar o segundo critério; mas Riccioli, que fez o mapa imediato, não se prendeu com esses escrúpulos; e foi a sua nomenclatura, em que se evoca a lembrança de várias personalidades celebres, a que afinal prevaleceu.

Ides ver projectada sobre este alvo uma fotografia do nosso satélite, tirada por ocasião da Lua cheia.

Olbando para essa projeção luminosa, ou mesmo para uma simples carta ou fotografia lunar, nota-se na superfície do nosso satélite um certo número de regiões brilhantes, a que se tem dado o nome de *montanhas*, *cumeões*, ou, melhor que tudo, *círcos lunares*; e bem assim algumas manchas acinzentadas, que teem sido designadas impropriamente por *mares*.

Estas manchas acinzentadas denunciam depressões do terre-

no, mas que nenhuma analogia tem com os nossos oceanos, pois lhes falta para isso o elemento primacial: — não tem água.

As montanhas, vulcões, ou círcos lunares são elevações de terreno de forma proximamente circular, vazias no seu interior, apresentando até a particularidade de o nível interno ser em regra mais baixo que o do terreno exterior subjacente; no interior de muitos círcos nota-se ainda a presença de uma pequena montanha ou de um grupo de montanhas elevando-se acima da sua profunda superfície interna.

Os círcos lunares atingem em geral maiores dimensões do que as crateras dos vulcões terrestres; há-os, por exemplo, medindo 80 km. de um bordo ao outro, enquanto que na Terra nenhuma cratera de vulcão em actividade chega a atingir 2 km. Ao mesmo tempo os círcos lunares são também muito mais profundos, tendo-se determinado alturas internas de 3.000 a 6.000 km.

Todos estes acidentes do terreno tornam o relevo do nosso satélite muito mais fortemente acentuado que o do planeta que habitamos.

Um fenômeno natural que se observa nalguns círcos lunares, principalmente na Lua cheia e nas suas proximidades, é o aparecimento de uma aureola de luz branca rodeando o círculo, e da qual irradiam filamentos luminosos em todas as direções, embora com algumas lacunas ou irregularidades. O mais notável destes sistemas de aureolas irradiantes é o que rodeia o círculo lunar chamado Ticho, em homenagem ao grande astrônomo dinamarquês Ticho-Brahe, e que se distingue perfeitamente naquela imagem projectada. Os raios de luz espargidos abrangem seguramente metade do disco lunar.

Seria tempo inutilmente gasto o que empregasse a enumerar as dezenas e dezenas de nomes, mais ou menos arrevezados, que tem sido atribuídos ao diferentes mares e círcos lunares; ninguém os poderia reter de ouvido, e nada ganharia mesmo que tal conseguisse; o que é conveniente é ficar com uma ideia nítida sobre a acidentação superficial do nosso satélite, e para isso vou recorrer a outras projecções luminosas.

O mais importante dos círcos lunares é o Ticho, para o qual já chamei a vossa atenção: Ticho brilha com uma luz branca muito viva, e expede raios luminosos a grande distância.

Na projecção da Lua cheia observam-se varias manchas escu-
ras, representando mares, entre os quaes merecem exame espe-
cial o *mar da serenidade* e o *mar da tranquilidade*, por serem
tipicos e abrangerem grandes extensões. Já vamos vêr a sua pro-
jecção luminosa separada, e portanto em maior escala. Antes dis-
so, porém, apontarei ainda o *mar das nuvens*, de que tambem
veremos a projecção isolada, o *mar das crises*, o *mar das humo-
res*, o *mar da fecundidade*, o *mar do nectar*, o *mar das chuvas*,
o *mar das vapores* e o *oceano das tempestades*.

Entre os circos lunares apontarei ainda os dois mais brilhan-
tes depois de Ticho, ou sejam Copérnico e Kepler, de que tam-
bem veremos uma projecção luminosa separada.

E' interessante comparar os aspectos diferentes com que se
nos deparam os mesmos acidentes da superficie lunar, conforme
a fase em que os observamos.

Ides ver a impressão diversa que nos deixa o mar das crises,
conforme o encaramos na occasião da Lua cheia ou pouco depois
da Lua nova.

É tambem curioso observar o aspecto das paisagens lunares
em fases sucessivas. Já se projectou a Lua, na fase do plenilunio,
ides agora vé-la com 7 dias, com 8 e com 10, correspondendo,
pois, ao quarto crescente a segunda destas projecções.

Mostrarei ainda o aspecto caprichoso de alguns circos lunares,
que, no entanto, se conformam á rápida descrição que há pouco
apresentei.

Em todas as projecções luminosas, que acabaes de vêr, de
certo vos ha de ter impressionado o aspecto de aridez e de deso-
lação que apresentam todas as paisagens lunares. Debalde se pro-
curaria nelas um vestígio de vida, quer animal, quer vegetal. E a razão disto reside no facto de não ser o globo da Lua envolvido
por uma atmosfera gazosa, analoga á do nosso planeta, atmos-
fera sem a qual não pôde haver vegetação, nem animaes constitu-
tidos como os que habitam a Terra.

O reconhecer se existe, ou não, uma atmosfera á roda da Lua
é uma das questões scientificas que teem sido debatidas com mais
apaixonado ardor; da sua solução depende, com efeito, o saber-se
se o nosso satelite pôde, ou não, ser habitado por seres vivos com
uma organização analoga áquela que nos é familiar.

A observação atenta da Lua nunca denunciou a existência de nuvens, porque o aspecto que o seu disco nos oferece é sempre o mesmo; nunca se reconheceu velado por manchas esbranquiçadas. Ora, se houvesse uma atmosfera envolvendo a Lua, era natural que ela desse origem a nuvens, como acontece no planeta que habitamos.

Por outro lado, se houvesse atmosfera, devia dar-se o fenômeno do crepúsculo, isto é, os raios solares, antes de incidirem no solo do nosso satélite, começariam por iluminar as camadas superiores da sua atmosfera, e a luz, que estas recebessem, seria bastante para determinar uma pequena iluminação da parte do disco mergulhada na sombra; ora essa fraca iluminação nunca ninguém a observou; a linha de separação da sombra e luz é sempre nítida e fortemente acentuada; e se algumas irregularidades apresenta, são só as devidas às particularidades do relevo lunar, em que já tive ocasião de insistir nesta conferencia.

Há ainda outro facto bem conhecido, que milita pela não existência de uma atmosfera lunar. A Lua, por virtude do seu movimento na esfera celeste, muitas vezes oculta determinadas estrelas à nossa vista. Ora sempre que este fenômeno se dá, a estrela, que se vê vendo cada vez mais próxima da Lua, é subitamente eclipsada, quando chega ao contacto com ela; mas se na Lua houvesse atmosfera, a estrela, no momento do contacto, ainda não deixaria de ser vista, porque os raios de luz emitidos por ela, atravessando essa atmosfera, curvar-se-iam pelo bem conhecido fenômeno da refracção e ainda chegariam até nós.

A identica reflexão se prestam os eclipses do Sol, que são, afinal, fenômenos idênticos na sua essência às occultações de estrelas pela Lua. Nunca se notou enfraquecimento nem deformação no bordo brilhante do Sol, à medida que dele se vai aproximando, até chegar ao contacto, o bordo escuro do nosso satélite.

Todos os factos apontados, e ainda outros, do domínio da espetroscopia, que por brevidade omitirei, parece poderem levar-nos à conclusão de que não existe uma atmosfera lunar; entretanto devo dizer que os astrónomos, que se tem dedicado ao estudo da Lua, não são tão afirmativos sobre este ponto; admitem, com efeito, a possibilidade de possuir o nosso satélite uma atmosfera extremamente rarefeita, a ponto tal que a sua densidade à superfície da

Lua seja 900 vezes menor do que a densidade do ar á superficie da Terra.

E' ainda o fenomeno das ocultações que fornece aos que assim pensam o seu melhor argumento. Por meio de observações muito delicadas mede-se directamente o diametro da Lua; ao mesmo tempo determina-se esse diametro pelo calculo, tomando como ponto de partida o tempo que durou a ocultação de uma determinada estrela; e o facto de se reconhecer que o numero obtido na segunda determinação é inferior ao primeiro, embora a diferença seja pequenissima, toma-se como indicio de que sempre houve um diminutissimo desvio na direccão da luz da estrela, no momento de ela ser, ou deixar de ser, ocultada pela Lua, e portanto é considerado como indicador da existencia de uma atmosfera, ainda que extremamente rarefeita.

Como quer que seja, é manifesta a impossibilidade de ser a Lua habitada por homens como nós; se ha selenitas, isto é, se a Lua é habitada por seres inteligentes, a constituição organica desses seres ha de ser totalmente diversa da nossa, e por mais que o forcejemos nunca chegaremos sequer a conceebé-la.

Apesar das condições particulares do relévo lunar, a teoria mais espalhada atribue uma origem comum á Terra e á Lua. Num dado momento da sua evolução, a Terra, sob a ação de causas mal conhecidas, emitiu de si uma parte da substancia que a constituia, e esta, conglomerando-se mediata ou imediatamente num globo unico, veio a constituir o seu actual satelite. Uma vez formada a Lua, a sua missão, o seu destino, por mais longe que a nossa imaginação possa alcançar na serie dos tempos, parece limitar-se a acompanhar a Terra constantemente, girando em torno dela, a não ser que um ignorado cataclismo a impila um dia, em futuro longinquio, para fóra da nossa esfera de atração. Se esse cataclismo se não dér, a Terra continuará arrastando consigo essa especie de trâmbolho cosmicó, do mesmo modo que o Sol a continuará arrastando a ela, caminhando por sua vez através do espaço em direccão mal conhecida e para insondaveis destinos.

A fim de desfazermos esta impressão, quasi penosa, que nos deixa a contemplação do nosso satelite, fechemos a serie das projeções luminosas com a do eclipse total do Sol de 28 de maio de

1900, que foi visível no nosso país. Esta fotografia, tirada no momento da totalidade, reproduz o surpreendente espetáculo da coroa e das protuberâncias.

Espectáculo igualmente grandioso esperavam gozar muitos dos que entre nós observaram o recente eclipse de 17 do corrente mês; mas infelizmente tiveram uma grande deceção. Este facto de sofrer deceções não deixa de suceder frequentemente aos que se entregam ao estudo da Astronomia; e, por isso, o que neste momento mais desejo é que todas as pessoas que com tanta amabilidade me escutaram, e que certamente tinham entrado n'esta sala na esperança de ouvirem coisas que os interessassem, não saiam dela confessando a si próprias que também hoje lhes sucedeu esse contratempo, a que estão tão sujeitos os amadores da Astronomia...

Tenho dito.

PEDRO JOSÉ DA CUNHA.

O juri em Portugal

Em 24 de maio de 1903 realizava-se o sr. dr. Manoel d'Arrriaga uma conferência sobre a questão do juri. Levantava-se nesse momento uma campanha contra esta instituição, campanha que manifestamente tinha intitutos reacionários. Alarmada por tal motivo, a Academia de Estudos Livres pensou na realização de uma conferência pública acerca do momentoso problema. A alguns anos de distância a preleção do sr. dr. Manoel d'Arrriaga tem ainda o maior interesse e relêvo.

Do que foi esse trabalho dé perfeita ideia o extracto publicado no jornal O Mundo, de 25 de maio de 1903.

A conferência traz-nos outro ensinamento: faz-nos conhecer um dos seus aspetos mais belos a nobilíssima figura do veneziano 1.º Presidente da República Portuguesa. Publicamo-la também como preito de profunda e respeitosa gratidão por aquele que é sempre nosso querido amigo.

*Perante uma sala repleta de público, e que explodiu em aplausos à aparição da sua querida figura de poeta e de tribuno,

realizou ontem o sr. dr. Manoel de Arriaga, na Associação dos Lojistas, a sua anunciada conferencia sobre as justificações da participação do juri na administração da justiça.

O dr. Manoel de Arriaga começa por expôr as razões que ali o levam. É em primeiro lugar a sua consciencia. Chegado ao ocaso da vida, no momento em que se dá balanço aos actos e às ideias que preencheram uma existencia, atinge-se o que se poderá denominar uma visão sintética dos fenomenos da vida. Dizer a palavra que sai do exame dos factos e das sinceras convicções é um dever. Depois, entendeu ainda dever atender ao convite que lhe foi feito pela Academia de Estudos Livres, sobressaltada pela campanha que se promove contra uma instituição tão popular e democrática, qual é a do juri. A consideração que lhe merece a Academia de Estudos Livres como as outras agremiações, suas congêneres, que com fervor admirável abrigam os ideias modernas dos ataques dissolventes que se originam na melitica atmosfera das regiões oficiais, induziu-o ainda a tomar com prazer este encargo. E, fazendo-o, presta implicitamente homenagem a instituições dessa ordem.

O assunto da sua conferencia será, pois, o *Juri em Portugal*. Tese complexa e impossível de desenvolver numa só conferencia. Para se avaliar da sua importância basta dizer que ela se pôde dividir em tres categorias, que especialmente tratariam da instituição do juri na sua origem e nos seus caracteres fundamentaes, que provam que ela é uma instituição humana; das vicissitudes que ela tem atravessado conforme a liberdade a favorece ou a tirania a opõe, porque ela é um verdadeiro termometro da consciencia publica, acusando fielmente todas as suas oscilações; e, finalmente, da forma porque ela é servida em Portugal por infieis depositarios das liberdades publicas.

O orador declara que o pensamento inicial da sua conferencia derivou da publicação de um artigo na revista conservadora *O Economista*, advogando a ideia da extinção do juri. É uma ideia ha muito acariciada nas regiões oficiais. Não é facto que admire. Nessas regiões não ha ar livre nem luz. Sómente sombras e nessas sombras, lobos assolando os nossos direitos!

Grandes salvas de palmas acolhem as palavras do conferente, que em seguida se refere ás duas categorias em que se divide a

magistratura portugueza: juizes de direito e juizes de facto,—duas constituições opostas pela conquista das liberdades públicas. São duas conquistas que equivalem a duas revoluções e que por meio de revoluções se conseguiram. E é em relação ao fruto de tantos esforços e sacrifícios que se brada: «Acabe-se com isso.»

Exclamação revoltante contra a qual se justificam todos os protestos. Mas os protestos isolados pouco ou nada valem. Os que vencem são aqueles que representam o clamor de milhares de bocas e o esforço de milhares de braços. Esses veem das profundidades do sentimento—da consciência humana—e basta evidenciarem-se para fazerem fugir para a treva os lobos que nunca deviam ter saído!

Sendo vastíssimo, como demonstrou, o assunto a tratar, vê-se obrigado a fazer uma hipótese brevíssima. O seu intuito é lavrar mais um protesto: uma sentença condenatória contra aqueles que deprimem e querem aniquilar uma das mais úteis garantias dos cidadãos.

Neste ponto cita uma passagem de Bourguignon: «A instituição liberal do juri devia sofrer uma degradação progressiva durante as desordens da anarquia feudal, uma inteira supressão sob os regimens do poder absoluto e renascer de suas cinzas por toda a parte onde a liberdade readquiriu ou ha de readquirir o seu imperio.» Portanto,—conclue o dr. Arriaga—se se ergue um vento de peste e de morte, é porque o absolutismo quer triunfar e a dispensação da justiça por meio do juri é o régimen da liberdade.

Ataca-se, pois, o proprio princípio da liberdade. Quem faz isto são os que pela liberdade se engrandeceram e se acobertam agora com o manto do poder real para o elevarem atraçando-nos.

O juri é inconciliável com o despotismo. Nasce com a liberdade dos povos; não pôde sobreviver à perda dessa liberdade,—continua o orador, citando as palavras de Bourguignon. E acrescenta: o juri é com efeito a medida da liberdade dum povo. Se ela desce é porque o absolutismo sóbe. *(Muitos aplausos!)*

Entrando especialmente na matéria, Manoel de Arriaga divide os defensores do juri em dois grupos. O primeiro é composto pelos que interpretam a liberdade e o direito como uma concessão de Deus ou do principe ou da cidade: direito divino, real ou burguez. Estes justificam a instituição pela forma porque ela hoje se

observa. Quando ele, orador, realizou os seus estudos na Universidade, reconheceu quanto o direito era instável. Dependia sempre de quê? De qualquer instituição transitoria, de qualquer concepção tão transitoria como ela.

A justiça humana tem-se, por isso, prestado a violências e abusos de toda a ordem conforme as paixões que a movem. Houve os tribunaes da Inquisição, como houve os tribunaes revolucionários. Como estabelecer um elemento de ponderação em tais conflitos de paixões? Só o juri poderá exercer essa missão alta e pacificadora.

Mas há também os que concebem o nosso direito, de que as multidões quasi não têm consciência e que os governantes odiosamente calcam. O direito divino é uma monstruosidade absurda. Deus tem direitos, nós obrigações. E bom para os exploradores, não para os explorados.

Para definir este direito redentor fizeram-se revoluções. Movimento abençoados e forte! Os encyclopedistas abriram a luta, em nome da razão e da justiça. O mundo antigo, com os seus absurdos e violências, caiu sob a gargalhada e a indignação.

Fundou-se então o direito humano e único que vem do fundo da consciência humana. Neste ponto, o dr. Arriaga tem um soberbo repto de eloquência e recebeu uma merecida ovacão.

Em seguida, o conferente abre largos horizontes ao seu espírito, produzindo a parte mais brilhante da sua oração. Perante este direito da Revolução — diz ele — não há crimes nem criminosos. Se havia um Padre Eterno que se comprazia em estripar gente e em punir gerações pela falta dum problemático idiota chamado Adão, que não conhecia nada deste mundo, a única causa que deveria fazer-se era metê-lo numa jaula, pondo-lhe de sentinelha a civilização.

Crime é causa que não existe no mundo. O crime é um facto puramente relativo.

Exemplo: vejamos um indígena australiano. Esse indígena, que é antropofago, leva para a sua cabana um corpo humano ao qual cortou a cabeça. Chama os outros indígenas. O cadáver é fraternalmente devorado. E a moralidade daquela gente. Nós chamamos-lhe crime.

Pegue-se agora num filho deste indígena. Ponha-se em plena civilização: em Paris ou Londres. Não devorará o seu semelhan-

te, sacrificar-se-ha por ele. Como se explica isto? O homem é o mesmo. O *meio* é que variou.

Faz um poeticó simile que se baseia sobre a mulher e o amor. Duas celulas que se encontram produzem a creança, que será o cidadão de amanhã. Assim, uma idéntica harmonia produzirá a cidade futura, na união das vontades e dos sentimentos. Dê-se à propriedade a santidade dela, não o sentido que ela actualmente tem de usurpação. Contra essa propriedade inicia-se o combate por meio da Escola, mas esse combate ha de acabar pela Revolução. (*aplausos delirantes*).

Como se julga, como se condena. Cae a fundo sobre as actuaes noções de justiça. E' advogado ha quarenta anos; pois bem,—declara com toda a franqueza,— nunca regressou a sua casa depois de assistir a um julgamento, sem se sentir incapaz de condenar, ainda mesmo a um reu confesso.

A justiça não pôde animar-se dum espirito de vindicta. O chamado criminoso só quer que lhe garantam a existencia. Até as feras, dando-se-lhes de comer estão socegadas. A sociedade tem as mãos vazias de direitos para julgar. Para o fazer necessitaria de provar que concedeu todas as garantias para viver.

A Harmonia, será a característica da cidade livre e justa. Ali se poderá pregar um verdadeiro sermão da Montanha. A milhões de seres reunidos gritar-se-ha: Reclamaes justiça? Justiça será feita. Palavra maior que a do Cristo, porque será a do Direito Humano.

A Liberdade é como uma onda; ameaça sempre. Não ha obstáculos que lhe resistam, e a consciência da sua força é tal que os proprios que realizam no mundo a sua negação pretendem pactuar com Ela. Ha já reis liberaes, despotas que se apelidam de democratas! Eles proprios aluem a base do seu suposto direito. E Ela avança sempre, triunfará em toda a parte. Veja-se o que sucede em Espanha, onde se estão alargando os limites da consciencia humana!

Uma estrepitosa salva de palmas estrunge na sala, ao ouvir-se esta alusão ao admiravel movimento republicano e social que se está observando no paiz vizinho.

O dr. Manuel de Arriaga continua, analisando as razões por que o juri é indispensável para a classificação do crime.

Cita Clavel, referindo as suas opiniões expressas na *Moral*.

Positive. «Apreciar o dano e a reparação é cousa possível por aproximação — diz Clavel — mas medir a culpabilidade dum homem tendo em linha de conta a sua educação, os maus exemplos, as tentações por que passou, as paixões que o agitaram e mil outras circunstâncias atenuantes ou agravantes num malefício, é cousa impossível.»

Mas sendo absolutamente preciso julgar, como julgaremos? Catharina da Russia dizia: «para estudar um homem, resquere-se um sabio; mas para o julgar é preferível entregá-lo ao juízo da gente simples que desapaixonadamente se deixa guiar pelo seu prático bom senso». Nestas palavras reside uma das lógicas justificações do juri.

O orador, frequentemente interrompido pelos aplausos da assembléa, faz a crítica severa da magistratura. A justiça togada não é justiça. O delegado acusa porque o seu hábito é acusar; o juiz pronuncia porque está ali para pronunciar. Vem o juri e, se absolve, caem sobre ele todos os improprios, quando afinal é só ele que imparcialmente julga. — Que iniqüidade!

Actualmente a justiça militar tem sobre a civil algumas vantagens. Uma delas é ser gratuita. A ganancia da Boa Hora é já proverbial. O que se procura é extorquir dinheiro. Cita factos interessantes e significativos. Termina dizendo que as classes faliram. A aristocracia foi generosa, mas já o não é. A burguezia, que fez revoluções, está hoje profundamente egoista. Onde pois se pôde fixar a esperança dos que anseiam por um mundo melhor? Unicamente nas multidões anónimas, donde surgem tantas inesperadas dedicações, tantos sublimes heroismos.

Apela, pois, para elas, afim de que salvemos os grandes princípios do Direito. Salvaguardando-o, afirma-se o espírito do progresso e autentica-se a consciência, a solidariedade humana. E não esqueçamos sobretudo — repete — que onde o juri deseja a tirania sobe. Façamos que ele suba, porque assim faremos subir a liberdade!

Uma longa aclamação acolhe as palavras do orador. Todas as mãos se estendem para as suas. Impressionado e comovido, o público abandona a sala, onde se realizou a conferencia, com a ampla satisfação moral de se ter aquecido durante alguns momentos ao calor duma bela e grande alma.»

EXCURSÕES E VISITAS

A evolução da estatuária decorativa portuguesa

Por uma bela tarde deste outono, em 10 de novembro último, agrupados numerosos alunos e sócios da Academia de Estudos Livres ante o pórtico oeste dos Jerónimos, maravilhoso patrício dos descobrimentos portugueses, dissímos-lhes — como dirigente do passeio de instrução, que a Direção para esse fim projectara — que não fôra por acaso, que ali nos reuniamos, pois que tendo por alvo a digressão o visitar-se o átrio da Ajuda e as suas esculturas, conveniente era, para melhor se apreciar a evolução da estatuária em Portugal, observar-se previamente ali, nos admiráveis Jerónimos, como no século XVI se produzia essa Bela Arte no paiz.

Conveniente se tornava porém o dizer algumas palavras de generalidade sobre a escultura europeia das passadas épocas, para melhor ilucidação dos ouvintes.

Assim, das três belas artes plásticas — a arquitectura, a escultura e a pintura — a primeira, por abrigar o homem, era a mais antiga e útil e as outras foram a princípio subsidiárias da primeira, como mera ornamentação. Tempos andados ambas se emanciparam, constituindo cada uma delas artes autónomas, que na Grecia e na Roma antigas atingiram extraordinária e não ultrapassada beleza.

Com a invasão dos barbares do norte a arquitectura *classica* subsistiu na decadência *bizantina* e *românica*, mas a escultura e a pintura desapareceram no Ocidente, recomeçando quasi de novo pela Idade Media.

Na Itália as três artes levantaram-se com brilhantismo a par uma das outras, como o comprovam as obras de Bruneléscio, de Gioto e de Nicolau de Pisa; em França as esculturas das cate-

drues goticas, como as que ás centenas povoam a de Chartres, são admiraveis e superiores à pintura da época. Em Portugal dá-se o contrario: é a arte da pintura influenciada pela *flamenga* a que sobreleva, como se aprecia nas prodigiosas taboas de Nuno Gonçalves, entre outros pintores coévos nacionaes. A escultura fica muito além, havendo aliás algumas estatuas «jacentes» que são notaveis, como — entre outras — as figuras de D. Pedro I e D. Inés de Castro, nos tumulos de Alcobaça; a de D. Fernando I, no muzeu do Carmo; a de D. Vetaça, em Coimbra; a de Pacheco, na Sé de Lisboa. Mas quanto à escultura gotica da Batalha, salvo o baixo relevo do Padre Eterno e Evangelistas, vê-se que nas estatuas dos Reis e dos Apostolos do pórtico (estas substituídas por cópia bastante fiel), tem toda a ingenuidade e imperfeição primitiva, não acompanhando a beleza arquitectónica e ornamental daquele primoroso e patriótico monumento.

Aqui nos Jerónimos, um século depois, constata-se um decidido progresso, pois as principaes figuras esculpidas temem bastante carácter e acompanham mais de perto a chamada pintura gotica. Vêmos assim, analisando-as, que as figurinhas da *Anunciação*, da *Natividade* e dos *Magos* deste pórtico são proporcionadas e a intenção dos movimentos expressiva.

E' porém nas figuras maiores, retratos de *D. Manuel* e *D. Maria*, sua mulher, acompanhados respectivamente de *S. Jerónimo* e *S. João Baptista*, que melhor se aprecia esse progresso, pelo realismo das atitudes e bem modeladas roupagens, a que não faltam curiosas minucias, constituindo um interessante documento indumentário, pelo qual se poderiam reconstituir as vestimentas regias.

Tendo todos apreciado com aprazimento estas curiosas manifestações da estatuaria quinhentista, passou-se ainda a analisar as varias grandes figuras do monumental pórtico sul do mosteiro, principalmente as que representam o *Infante D. Henrique*, os *Apostolos* e varias personagens da Igreja, em que o valor artístico do modelado resalta principalmente nos panejamentos, esculpidos com arte e elegante larguezza, lembrando figuras de Alberto Durer.

Quando todos os alunos e socios da Academia de Estudos Livres se reuniram mais tarde no pátio de honra do palacio da

Ajuda, o prelector, historiando rapidamente a sua construção começada em meio do seculo XVIII, chamou a atenção para o estilo ornamental do edificio, o *Jónico Scamozi*; e sendo a visita às estatuas decorativas do amplo e artístico átrio o fim principal do passeio, fez notar existirem essas estatuas de mármore em diversos nichos, fazendo parte da ornamentação do átrio, que constitue só por si um magnifico trecho arquitectónico.

Ligando com o que exposéramos anteriormente ante os Jernymos, referimos como após aquele brillante periodo artístico, pelos deploraveis factos historicos que se lhe seguiram, como Aleacer-Kibir, a dominação espanhola e as guerras da independencia, a arte nacional retrocedeu muitissimo, a ponto que, quando D. João V, um rei de fino gôsto artístico, quiz mandar erigir em Mafra o seu enorme convento, foi ao estrangeiro buscar um alemão, Ludovice, para a arquitectura; e para os retabulos de mármore, o escultor italiano Alexandre Giusti ou Justi, coévo do famoso Bernini, notável arquitecto e escultor de Roma nos finis do seculo XVII. Felizmente Giusti fez escola aqui no paiz nesta especialidade e teve discípulos entre os quaes Barros e o glorioso Machado de Castro, que continuaram o impulso dado.

Por sua vez este ultimo deixou discípulos, como Faustino Rodrigues, e são destes artistas varias das estatuas, que se apreciam no átrio da Ajuda feitas em principio do seculo XIX.

Observa-se nelas que, alem da correção de proporções e bem achadas atitudes e simbólos que distinguem essas figurações moraes, tem no desmanchado artístico das roupagens uma das características *baróicas* do estylo de Bernini.

Paralelamente nota-se que outros escultores um pouco mais recentes do que aqueles—entre os quaes Aguiar e Viegas—chamados a decorarem tambem com estatuas alguns dos nichos, eram seguidores do estylo *néo-clássico* então em voga em França desde a Revolução, e produziram varias figuras de frias atitudes, drapujadas de regrados e meudos panejamentos, cujo aspecto é artisticamente inferior aos produzidos pelos discípulos continuadores de Giusti.

Durante o caminho para a Ajuda tiveramos occasião de dizer algumas palavras acerca da egreja da Memoria, notável pelas harmonicas proporções, por ter os estilos dorico e jônico sobrepos-

tos e ainda o elegante zimborio de origem asiatica tão aplicado desde a Renascença a varios templos europeus, seguindo o modelo romano do Panteon de Agripa.

Tambem causaram excelente impressão nos visitantes, à passagem pelo jardim botanico da Ajuda, os lindos tanques *barrocos*, ornados a dragões, a serpentes, a raus, a hypocampos e outros animaes em graciosas e artísticas disposições.

Vista a magestosa frente do palacio da Ajuda e a sua vasta e ombrosa Tapada, terminou de vez a visita de estudo, a todos muito aprazivel.

HIBERIO CHRISTINO.

Curso de Historia Universal

No proximo mez de janeiro recomeçam as lições do ilustre professor sr. Agostinho Fortes, que se ocupará, neste ano, do *advento do Cristianismo, da invasão dos bárbaros, de toda a Idade Media até a primeira Renascença*.

Publicaremos aqui desenvolvidos extractos das lições, a fim de que fiquem devidamente arquivados tão excelentes trabalhos de vulgarização científica.

Reputamos os conhecimentos históricos indispensáveis para a educação do povo. Por isso a Academia de Estudos Livres tem perseverado na execução deste ponto importante do seu programa.

UMA SESSÃO LITERARIA

Em 8 de junho de 1905 realizou-se na Academia de Estudos Livres uma sessão literaria dedicada a Gil Vicente. Foi conferente o sr. dr. Teófilo Braga e um grupo de alunos do liceu da Lapa leu a Farça de Inés Pereira.

Ultimamente tem organizado o nosso amigo sr. dr. Afonso Lopes Vieira uns notáveis serões vicentinos no Teatro da República. E porque conhecemos o seu amor às coisas portuguezas, e esa especial a tudo que se relaciona com o genial creador do teatro portuguez, oferecemos-lhe esta notícia, convencidos de que a lerá com agrado.

Eis como o Dia descreveu a festa literaria num artigo publicado em 10 de junho de 1905:

Realizou-se ante-ontem, nesta prestimosa sociedade, uma sessão literaria consagrada ao creador do Teatro Portuguez — *Gil Vicente*.

Foi a primeira vez que em Portugal se tentou a leitura duma obra prima da nossa literatura como meio de propaganda educativa do gosto publico.

E a sessão teve o mais brilhante exito, como se evidenciou pela atenta curiosidade dos assistentes, pelo franco riso e alegria, que despertaram algumas das mais caracteristicas passagens do gracioso auto lido — a *Farça de Inés Pereira*.

A leitura foi precedida duma conferencia do sr. dr. Teófilo Braga. O ilustre academico prendeu a atenção do publico durante cérea duma hora.

Começando por definir a importancia das leituras como meio de educar o publico e de lhe fazer conhecer as joias literarias da literatura, processo usado pela Inglaterra, França, Alemanha e outros paizes, o dr. Teófilo Braga traçou magistralmente o quadro historico dentro do qual se exerce a actividade fecunda de Gil Vi-

cente, escrevendo para os saraus das côrtes de D. Manoel e de D. João III as scenas incomparaveis dos seus autos e farças, em que a vida do povo aparece retratada fielmente, em que o poeta critica os costumes das classes privilegiadas — frades e nobres — com uma despejada coragem, só explicavel, nesses tempos atrasados, pelo estranho prestigio do genio vicentino. Tratou depois o conferente de destrinçar as duas personalidades, o Gil Vicente *ourives* e o Gil Vicente *poeta*, tanto tempo confundidas e hoje, gracas à critica literaria, definidas na esfera da sua importante ação social: um, burilando essa monumental *custodia dos Jeróugmas*, feita com o primeiro ouro vindo das conquistas de além-mar; outro, tracejando esse *Auto da Fama*, em que, pela primeira vez, se teatralisa a ação fecunda desta nacionalidade, actuando energicamente na marcha da civilização.

Um e outro desses primaciaes artistas foram os dignos precursores de Camões, que mais tarde havia de achar nos *Luziadas* a formula suprema — exprimindo o valor indomavel dum povo a exercer-se na actividade dos descobrimentos, que trouxeram para a civilização occidental novos mundos e outras antigas civilisações.

O poeta Gil Vicente encontrou no apoio e na estima da grande Rainha D. Leonor, viuva de D. João II, o estimulo para que o seu incomparavel genio desabrochasse. Começando a revelar-se no celebre monologo do *Vaqueiro*, de que ontem passava o aniversario, Gil Vicente escreveu autos e farças para todas as festas da corte. Ao corrente do viver do povo, o poeta teve occasião de fazer brilhar inconfundivelmente o seu genio dramatico.

A genesis da *Farça de Inés Pereira* é curiosissima. Houve quem duvidasse do talento de Gil Vicente. Este, irritado com o malévolu proposito dos seus inimigos, reptou-os para uma prova decisiva. Declarou aceitar como ideia inspiradora de uma farça o anexim ou sentença popular, que lhe fosse proposta. Então apresentaram-lhe o seguinte ditado: *mais quero osso que me leve, que cavalo que me derrabe*. Passidos tempos, em 1523, na cidade de Thomar, perante D. João III, Gil Vicente fazia representar a sua *Farça de Inés Pereira*, que é uma graciosa expressão dramatica do anexim proposto.

O conferente explicou depois alguns episodios da farça, como, por exemplo, o dos judeus casamenteiros, instituição ainda

hoje existente na Alemanha, e o da cena de violencias do frade contra Leonor Vaz, com a referencia da duvida apresentada pela vitima se deveria fazer suas queixas ao rei ou ao cardenal (D. Henrique, irmão de D. João III).

Passou-se depois à leitura da farça por um grupo de 7 alunos do Liceu da Lapa, que frequentam a aula de literatura regida pelo sr. dr. Sá Oliveira, o iniciador desta interessantissima sessão literaria.

O exito da leitura foi verdadeiramente extraordinario, provocando tanto interesse, que no final o auditório se manifestou entusiasticamente em aplausos e felicitações.

Alguns dos leitores merecem referencia especial pela forma encantadora como se desempenharam dos seus difíceis papeis. Sem desdouro para os outros, seja-nos licito destacar o aluno que leu o papel de Inês Pereira, tanta foi a graça e a distinção como disse o verso. O publicou sublinhou com bravos algumas passagens mais características dessa leitura, mostrando a mais completa compreensão do valor daquela brilhante peça literaria.

Sociedade de Estudos Pedagogicos

Nesta dourta agremiação estuda-se actualmente um plano de conferencias populares, de cuja execução será encarregada a Academia de Estudos Livres.

Essas conferencias, que serão feitas pelos professores filiados na mesma Sociedade, serão publicadas em desenvolvidos extra-ctos nesta Revista, que assim proporcionará aos seus leitores trabalhos científicos de valor e de inteira propaganda educativa.

BIOGRAFIAS

CENTENARIO DE LINCOLN

No domingo, 14 de março de 1900, realizou o professor sr. Carlos de Mello, uma conferencia comemorando o 1.^o centenario do nascimento de Lincoln, o celebre presidente da grande república dos Estados Unidos da America do Norte.

Desse trabalho damos um largo extracto, porque entendemos que a biografia de Lincoln é um brilhante exemplo do que valem a força de vontade, a inteligencia e a coragem cívica na luta pela vida e, como tal, digna de figurar nas páginas d'esta Revista.

A constituição de 1787 tinha concedido aos Estados do Sul 20 anos para importar negros d'Africa e desenvolver a cultura do algodão. Era a população nesta data: ao Norte 1.967.000 habitantes; ao Sul 1.960.000 (600.000 negros).

Quando o Congresso teve o direito de proibir esta importação, em 1808, quis fazer do contrabando dos negros um crime capital. Foi, porém, tanta a oposição que teve de desistir: o contrabando continuou e a Capital federal foi quasi um mercado de escravos.

Em 1816 quis-se dar satisfação ao espirito filantropico e formou-se no Sul a *Sociedade de Colonização*, encarregada de reenviar para Africa, de quando em onde, uma leva de escravos fôrros. Era uma comedia hipócrita, visando a devolver para o continente negro os pretos insuportaveis.

Houve annos em que se importaram mais de 10.000 negros. Então o Congresso, para ganhar adesões, convidou as potencias

europeias, e em especial a Inglaterra, a adoptar medidas comuns de repressão deste infame tráfico (1818). Assim, a questão económica transformou-se em questão política e internacional.

Desde 1791 até 1818 o Congresso tinha admitido na federação 8 estados, 4 livres e 4 escravagistas alternadamente: Vermont depois de Kentucky, Ohio depois de Tennessee, Indiana depois de Luisiana, Illinois depois do Mississipi.

Em 1819 foi admitido o Alabama, escravagista. Devia seguir-se um estado livre. Quando o Missouri pediu a entrada na federação, um representante de Nova York propôz que a escravatura fosse abolida no novo estado. D'al protestos dos donos de escravos e grande polémica, que se agravou quando em 1820 foi admitido o estado livre do Maine.

Visto que o Maine formava com o Alabama o quinto par, o Missouri arrogava-se o direito de ser admitido, apoiado pelo Sul. O Norte reuniu poderosamente, pugnando pelo termo da escravatura e os dois países chegariam à guerra no calor da disputa, se alguns moderados não interviessem propondo um compromisso, que na História tomou o nome do seu melhor advogado — *Henry Clay*.

O compromisso consistia no seguinte: o estado do Missouri ficava adiado à escravatura, mas todo o território a oeste de Mississipi e ao norte do 30° 30' de latitude ficava reservado ao trabalho livre, nunca mais podendo receber ali o trabalho servil.

O compromisso, representando uma cedência mutua, legalizava a divisão dos Estados Unidos em dois países — do Norte e do Sul. Em 1820 o Norte tinha 5.147.000 habitantes e o Sul 4.455.000, dos quais 1.500.000 eram escravos! E como no Congresso 5 escravos só valiam por 3 brancos, a superioridade numérica do Norte agravava-se com a superioridade da sua representação política.

Esta efervescência passou, porém, graças às guerras com os indíos e aos conflitos económicos e políticos com o estrangeiro, até que resurgiu novamente depois da guerra do Mexico.

A proposta *Wilmot* em agosto de 1846 — compra dos territórios do Mexico sob proibição absoluta da escravatura — não vingou.

A luta de interesses permaneceu mais ou menos latente.

Nunca, porém, fossem quais fossem os talentos dos melhores políticos, se chegou a uma solução prática e estável. É nesta conjuntura que o nosso herói se impõe. Ide ver como o seu vulto se destaca do fundo vermelho destas ambições irquietas, que viviam da exploração do sangue humano, embora conhecessem que espesinhavam o Direito...

Abrahão Lincoln nasceu no condado de Hardin, no Kentucky, em 12 de fevereiro de 1809, de uma família de quakers, oriundos da Virginia.

Seu pae, Thomas Lincoln, esposou em 1806 Nancy Hanks, com quem passou em 1816 para a Indiana.

Quando ali chegaram e se estabeleceram, o territorio era um deserto e o joven Abrahão cresceu e desenvolveu-se na vida de pioneiro, vivendo numa cabana, trabalhando ao ar livre, costumando-se às intempéries, estudando e aprendendo só os modos rudes e ingenuos e as ambições grandes dos seus vizinhos fazendeiros.

Em 1818 sua mãe faleceu, e ele sofreu um rude golpe no temperamento afectivo, onde já preluziam tres qualidades fundamentaes — o amor aos seus, o culto do trabalho e a lealdade para com todos. Um anno depois seu pae contraiu matrimónio com uma viúva. Deu-se Abrahão muito bem com a madrasta, tratando-a como sua mãe e ajudou seu pae na exploração da fazenda, trabalhando com vigor.

Barns eram as escolas no sitio e em redor, e mansas os mestres que apenas ensinavam a instrucção rudimentar. De modo que aos 21 annos Lincoln apenas sabia ler e escrever e a regra dos três, tendo frequentado a escola seis mezes. Nunca mais frequentou escola alguma. Tudo quanto soube deveu-o a si proprio, porque foi sempre muito avido de ler e curioso de saber... Admirável exemplo de que nunca vos deveis esquecer!...

A sua força e pericia nos jogos atleticos tinham-lhe granjeado fama de valente, felizmente compensada por grande bondade e realçada por uma eloquencia natural, que não se comprazia em banalidades rótóricas, mas em atacar o assunto e desenvolver-o de modo que empolgava o auditorio.

Em 1828 foi a Nova Orleans, contratado, numa jangada. Principiou então a ver o que era a escravatura. Em 1830 emigrou

com seu paes para Maconcounty, onde o ajudou a construir a baraca, limpar o campo e partir os carris para a cerear de um valado. Mas a localidade era insalubre e a familia resolveu abandoná-la.

Em 1831 desceu novamente na jangada até Nova Orleans e salvou-se d'um encalhe inventando um aparelho de que pediu privilegio em 1840. No regresso a Salem o seu patrão alcançou-lhe um lugar de escrevente. Lincoln teve então algum tempo disponivel, que aproveitou na sua auto-educação. Pediu emprestados uma gramatica e varios livros, completando os estudos com explicações do mestre de aldeia. Fez então os seus primeiros discursos em publico.

Rebentou depois a guerra contra os indios do Falcão Negro (Black Hawk). Tinha falecido o seu patrão. Lincoln assentou praça como voluntario numa companhia do condado de Sagamore e foi eleito capitão em 1832.

Entretanto propuzera-se candidato à legislatura do Illinois. A sua proclamação «*Ao povo do condado de Sagamore*» tem a data de 9 de março de 1832 e revela talento e educação muito superiores aos estudos, que realizara. A guerra do Falcão Negro durou 3 meses, durante os quais Lincoln participou de todos os trabalhos, sem entrar, todavia, em batalha alguma.

Foi derrotado naquela legislatura, mas alcançou no seu círculo uma maioria lisongeira. Resolveu então ficar ali e em março de 1833 alcançou o lugar de chefe do correio em New Salem. Nos intervalos do serviço, Lincoln estudava as leis do seu paiz. O seu socio Berry (na exploração é amanho dumha fazenda) que lhe alcançara o lugar no correio, era um beberrão, descurando os negócios a ponto que fizeram falencia. Lincoln ficou endividado por causa da fazenda que comprara. A simpatia e o respeito que já inspirava, levaram então o engenheiro do condado de Sagamore a oferecer-lhe um lugar de ajudante, muito mais rendoso. Lincoln preparou-se a toda a pressa para as suas novas funções e assim o vemos no fim de 1833 levantando plantas de estradas e fazendas! Esta vida ao ar livre agradava-lhe porque — nas suas próprias palavras — «*davam-lhe pão e conservavam o corpo e alma juntos.*»

Em 1834 principia a sua vida politica. Era então Lincoln, aos 25 annos de idade, um homem de 6 pés e 4 pollegadas de altura

(cerca de 2 metros), magro e feio. Os pés e as mãos eram descomunais. Este gigante tinha, porém, um coração de pombo e infundia respeito e simpatia profunda. Quem lhe falava uma vez ficava preso da sua bondade simples, da libaneza cativante, da especie de fascinação, que em torno espalhava.

Entrou na Camara do Illinois em 1834, sendo sucessivamente reeleito em 36, 38 e 40. Em 1834, por conselho do seu colega e amigo Stuart, dedicou-se ao estudo das leis nacionaes e com tal afínco que em 1836 era admitido como advogado nos tribunaes, ganhando fama, pela sua eloquencia e saber, em varias causas importantes.

Entrando no Congresso Federal foi o adversario do presidente Polk e combateu a guerra contra o Mexico. Ali principiou defendendo os princípios, que tinham de ser o ideal de toda a sua vida: 1.^a a extensão dos direitos da União devia sobrepujar a dos Estados particulares; 2.^a o abolicionismo.

Em 1849 reclamou a extinção da escravatura no Distrito Federal de Springfield, onde residia desde 1837. Entretanto crescia o dissenso entre os estados americanos do sul e os estados do norte, que pugnavam pelo abolicionismo. O dissenso transformou-se em conflito mal a Europa discutiu e censurou a escravatura americana, tal qual a revelou em 1852 miss Beecher Stowe no celebre romance «A Cabana do Pae Thomas».

O conflito fez-se guerra apenas o bill de Kansas-Nebraska revogou em 24 de maio de 1854 o compromisso de Clay e se proclamou o princípio de que nos diversos territorios da república a admissão ou exclusão da escravatura dependia da vontade dos habitantes sem se atender à situação geográfica.

Na luta pelo abolicionismo lançou-se então o grande Lincoln com todo o ardor dum homem convencido da justica da sua causa.

Finalmente em 18 de maio de 1860 a Convención republicana reuniu-se para a escolha d'um candidato á Presidencia da Repùblica e adoptou como plataforma a negação da legalidade da escravidão. Lincoln foi eleito contra Seward.

O cavador de enxada de 1830 chegara á culminancia social, presidindo aos destinos de quasi 32 milhões de habitantes num paiz tão grande como a Europa! Vede o que fizeram o trabalho, a inteligencia e a fé . . .

Não seguiremos Lincoln, porque o tempo nos falta, em todos os transes da sua vida de presidente, modelo de virtudes, grande entre os maiores vultos da História. As formidáveis lutas armadas entre o Norte e o Sul constituem uma página de sangue na vida do povo americano, que teve a fortuna de ver então presidindo aos seus destinos um verdadeiro santo da Humanidade!

Chegamos ao auge da luta formidável, da guerra da separação. O exercito do Sul recuava. Lincoln, vendo a opinião publica animada pela vitória, anunciou em 23 de setembro de 1862 a proclamação preliminar da Emancipação:

«Desde o 1.^o de janeiro de 1863 todos os escravos de qualquer Estado ou de qualquer parte do Estado em revolta contra a União, serão logo e para sempre livres.»

A data de 1 de janeiro de 1863 ficou imorredoura nos anais dos Estados Unidos. A proclamação de Lincoln tornou-se a lei irrevogável. A opinião publica foi abalada, principalmente quando se reconheceu a benevolencia com que o governo acolhia e tratava os negros libertos, a facilidade com que os recrutava e incorporava no exercito e a bravura e dedicação com que lutavam os novos soldados.

Esta grande vitória moral induziu Lincoln a tornar indiscutível o acto do abolicionismo, propondo ao Congresso na sessão de 1863-1864 uma lei constitucional a este respeito. Não conseguiu, porém, vencer, porque o Congresso estava dividido, principalmente porque, estando a findar o periodo de 4 anos da presidencia, o partido democrata trabalhava pela candidatura de M. Clellan opondo-a à de Lincoln e não queria comprometer-se aos olhos dos escravagistas. Apesar de tudo, em 1864 Lincoln era reeleito presidente da Republica por 212 votos contra 12.

Entretanto as forças da União iam ganhando terreno. Lincoln sempre pacificador promovia-se em junho de 1863 a receber os agentes dos confederados, que se apresentaram para negociar a paz, realizando em 3 de fevereiro de 1865 uma conferencia com os comissarios confederados sem oxito algum.

Não abandonava contudo a sua ideia capital e teve a alegria de se ver imediatamente acolhido pelo Congresso, que em 31 de janeiro de 1865 aprovou a mensagem presidencial de 6 de dezembro de 1864, na qual propunha a seguinte emenda à Constituição:

tuição Federal: «Nem a escravatura nem a servidão involuntária, excepto como pena por crime devidamente reconhecido, existirão dentro dos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição.»

Enquanto esta emenda era ponderada pelos parlamentos estaduais, Lincoln principiava a sua nova presidência entre festas, realçadas pelas vitórias das tropas da União, à frente das quais se distinguiu o general Grant, que em 9 de abril obrigava à rendição e aprisionamento todo o exercito do Sul, do commando do general Lee. O Sul estava esgotado e em 26 de maio a guerra acabava e a União erguia-se de novo.

O autor glorioso de toda esta obra de Direito, de Paz e de Harmonia tinha, porém, de morrer sem assistir ao termo da sua tarefa benedita!!

Na noite de 14 de abril de 1865 estava em Washington e foi assistir ao espectáculo no Teatro Ford. Sentava-se no seu camarote, muito despreocupado, entre a família e alguns amigos, quando um conspirador, John Wilks Booth, se aproximou, sem que ninguém o presentisse, e cobardemente, pelas costas, desfechou uma pistola sobre a cabeça do Presidente.

Inutil me parece descrever o pasmo, a aflição, o horror dos espectadores do execrando atentado. O Presidente foi levado para uma casa fronteira ao teatro, onde faleceu no dia seguinte às 7 horas da manhã. Onze dias depois o assassino era morto numa estrebaria, onde se tinha refugiado.

E assim desapareceu da vida o grande Lincoln. Assim como numa tempestade o raio se precipita das nuvens e fere, lusca e derruba a arvore mais alta que muito alto lançou a copa verdejante, poupando as plantas rasteiras, as urzes e os espinheiros; assim o braço do facinora feriu o nobilissimo homem, que acima de tantos sobrepujou com a sua lealdade, com as suas virtudes, com o seu saber, com o seu coração de santo!

O homem morreu, mas a sua obra vingou e com ela o amor e a veneração dos seus concidadãos. E as homenagens, que lhe foram então prestadas, revestiram as mais carinhosas exteriorizações, principalmente quando em cortejo cívico toda a nação representada pelas classes preponderantes, pelo povo, pelos libertos, desfilava por diante da casa do nobre morto e ia regar com

as suas lagrimas as crepes da viuvez de Mary Todd, a esposa estremecida, acompanhada na sua dor pela do unico filho Roberto, o digno herdeiro do nome de Lincoln.

Agora mesmo nos Estados Unidos, por occasião de se comemorar o centenario do nascimento de Lincoln, a apoteose foi grandiosa e eloquente. Celebrou-se a festa nacional em toda a parte, na modesta aldeia como na cidade grandiosa. Os mestres-escolas referam aos seus discípulos os discursos abolicionistas de Abraão Lincoln, insuflando-lhes na alma o culto do grande presidente; os parlamentos de muitos estados resolveram inscrever a data celebrá-la na lista dos dias feriados. Em imensas cidades se reuniram comícios populares, onde a vida e as ideias de Lincoln foram relembradas e enaltecidas. Em Nova York realizaram-se neste empenho 600 comícios! Em Peoria falou o embaixador do Japão. Em Springfield, onde Lincoln foi enterrado, proferiram discursos Brian e os embaixadores da Inglaterra e da França à beira da sua campa. Jusserand, o embaixador da França, associou a sua pátria ao centenario, lembrando com que profundaemoção o povo francês soube em 1865 do assassinio de Lincoln e abriu uma subscrição para a cunhagem duma medalha comemorativa, que foi reproduzida em ouro para ser entregue à viúva do grande homem. Era a seguinte a inscrição que levava:

«Dedicada pela Democracia Franceza a Lincoln, o homem de bem que aboliu a escravatura, restabeleceu a União e salvou a República, sem que se tivesse de velar a estatua da Liberdade.»

Ao chegar ao termo da tarefa que me impoz esta Academia, benemerita entre as mais benemeritas, eu desejo, senhores, que este exemplo vos fique bem gravado no espírito. Nós constituimos uma pequena nação, mas a dentro dela ha uma força imensurável. Podemos ser grandes ainda se empregarmos todos os nossos esforços em prol do resurgimento da Patria.

Lembrarei-vos de que no Oceano Pacífico existem ilhas de coral que se prolongam por 150 leguas, constituidas pelas segregações de infímos protozoários. Quantos milhares de annos foram precisos para formar esses monstruosos recifes, contra os quais nada podem a fúria das vagas e dos raios que se despenham das nuvens caliginosas? O exemplo de Lincoln mostra que nada resiste à vontade, quando ella é servida por um ideal tão nobre

como é o do engrandecimento da Patria. Assim, como os protozoários que produziram os bancos de coral do Pacífico, démos cada um de nós a quota parte do nosso esforço para a obra da redenção da Patria, e teremos compreendido pela satisfação do exemplo, quanta nobreza, quanta grandeza ha na vida e na obra de Lincoln que, nunca é demais dizer-lhe, ascendeu *de escravo a Presidente da Republica dos Estados Unidos da America do Norte.*

O pensamento supremo de Lincoln, a sua obra gloriíssima, foi a abolição da escravatura nos Estados Unidos e a unificação da Republica. Que o pensamento de todos nós seja também o de nos livrarmos d'outra escravidão degradante — a da ignorância e a da falta de educação cívica e patriótica! Unamo-nos que salvaremos a Patria! Trabalhemos pelo bem *estatuum communum* . . .

CARLOS DE MELLO.

BIBLIOGRAFIA

Nesta secção daremos notícia de todas as obras que forem oferecidas à Academia de Estudos Livres.

Cumpriremos assim um dever de gratidão para aqueles que desta associação não se esquecem.

Também daremos notícia de todas as obras que nos chegarão às mãos e tiverem grande interesse pedagógico.

Os bons livros são sempre dos nossos melhores amigos.

CONTOS DA MINHA ZERRA

II

Um professor altrapalhade

Ha tempo fez-se um peditorio pelas ruas da minha terra, não faltando a abrilhantar o acto a musica da sociedade, que, diga-se de passagem, é das mais afinadas.

O produto obtido, 180 escudos, foi destinado aos pobres.

A comissão promotora, da qual faziam parte as pessoas mais gradas da Villa, era presidida pelo professor primario, que foi escolhido para fazer uma nota mostrando a quantidade de maneiras como o dinheiro poderia ser distribuido, tendo em atenção que os quinhões seriam iguaes, e em numero exacto de escudos por cada contemplado.

Deu tratos á imaginação, o pobre do professor, para se desempenhar de tal incumbencia.

Pensou, repensou e chegou mesmo a não poder conciliar o sôno.

Por fim conseguiu, ao cabo de 72 seguidas e interminaveis horas, soltar dos labios, pelas 3 horas da madrugada, acordando toda a familia, um brado de triunfo, que bem traduzia o contentamento de que se achava possuido, por ter finalmente encontrado o tal X tão desejado, pois que de contrario seria um fiasco e deixava de corresponder á opinião que dele formavam.

Na primeira reunião, portanto, apresentou aos seus colegas da comissão, não só a quantidade de modos diferentes como o dinheiro poderia ser distribuido, mas tambem a qnantityade de pobres, que, em cada caso, poderiam ser admitidos.

O trabalho do mestre escola foi de tal ordem e teve de fazer tamauho esforço de imaginação, que, de cançadas que tem as suas faculdades, guarda (e assim o exigiu da comissão) tal segredo, que julga por certo estar tratando de algum segredo de Estado.

Não poderá algum leitor ajudar-me a desvendar o impenetravel misterio?

ANAIS

DA

Academia de Estudos Livres

I	<i>Ensino inicial de leitura</i> , por I. Augusto Coelho	200	reis
II	<i>O marinheiro português através da história</i> , por V. Almeida d'Eça	200	*
III	<i>Da utilidade do pensamento no ciclo das descobertas</i> , por Henrique Lopes de Mendonça	200	*
IV	<i>Uma excursão à serra da Arrábida</i> (esgotado)	100	*
V	<i>O Castelo de Pambrela</i> (esgotado)	100	*
VI	<i>Excursão no Tejo até ao Canal de Azambuja</i> (2.ª edição)	100	*
VII	<i>Excursão à Fábrica de Gimento de Portland Artificial «Tejos</i> , em Alhandra	50	*
VIII	<i>Uma excursão a Santarém — Através da cidade — Leiras</i> , por João Arruda	200	*
IX	<i>Trí-centenário da publicação de D. Quichote</i> , por Theóphilo Braga	200	*
X	<i>No Bussaco</i> (história, personagem, descrições), por Cardoso Gonçalves	200	*
XI	<i>O Arquivo da Torre do Tombo</i> , contendo 219 páginas, ilustrado com fotografuras dos principais codicis iluminados	800	*
XII	<i>Spinoza — Conferência</i> , por Theóphilo Braga	200	*
XIII	<i>O cimento de Maia</i> , por Cardoso Gonçalves	100	*
XIV	<i>O padre Joaquim Sistreiro Serva e o marimba sacra portuguesa</i> , por Theóphilo Braga	200	*

A MOCIDADE

FOLHA QUINZENAL

Publicadas a séries (quasi esgotadas)

Cada série de 10 números	500	reis
Número avulso	50	*

Quaisquer obras publicadas por esta sociedade são encaminhadas frete grátis a quem remeter a sua importância para a Academia de Estudos Livres — Rua da Paixão, 7 (a S. Bento).

Excursões a realizar em 1913

- 1.^a— A **Braga e a Viana do Castello**, na primavera. Em Braga realizar-se-há, no Parque do Bom Jesus, uma festa escolar em honra dos excursionistas, na qual tomarão parte crianças das escolas daquela cidade e das aulas diurnas da *Academia de Estudos Livres*.
- 2.^a— A **Madrid e a Paris**, em setembro, segundo o plano da que a *Academia de Estudos Livres* com tão brilhante exito realizou em 1910.
-

A Direcção está preparando o plano detalhado destas excursões, para ser distribuído pelos socios e subscriptores.

A Direcção, anuindo aos desejos de haver muito manifestados pelos socios e subscriptores, criou um *Fundo de excursões e viagens*, para o qual todos poderão concorrer e que lhes permitirá satisfazerem gradualmente, em prestações maiores ou menores, o custo dos bilhetes das excursões em que queiram tomar parte.